

SANDRA COSTA DOS SANTOS

***CABANAGEM: CRISE POLÍTICA E SITUAÇÃO
REVOLUCIONÁRIA***

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do Prof.
Dr. Armando Boito Júnior.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 19/02/2004

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Júnior (orientador)

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa (membro)

Prof. ^a Dra. Izabel Andrade Marson (membro)

Prof. ^a Dra. Rachel Meneguello (suplente)

Fevereiro/2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Santos, Sandra Costa dos.

Sa59c

Cabanagem : crise política e situação revolucionária
/ Sandra Costa dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.],
2004.

Orientador: Armando Boito Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Revoluções – Pará- 1835-1840. 2. Crises – Pará –
1835-1840. 3. Ciência política – Pará – 1835-1840.
4. Brasil – História – Cabanagem, 1835-1840. 5. Pará –
Política e governo – 1835-1840. I. Boito Júnior, Armando.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico o resultado deste trabalho
a meu pai Manoel, meu irmão Luciano
e a minha mãe Genelice,
por toda a força e apoio sempre.

AGRADECIMENTOS

Durante o tempo de elaboração deste trabalho, um misto de sentimentos me acompanharam. Por vezes alegria, tristeza e solidão caminharam juntas. Mas prevaleceram sempre a confiança e a certeza da importância do tema proposto como contribuição para desvendar um movimento singular da formação do Brasil.

Recebendo o apoio de amigos e companheiros de curso, consegui encaminhar a pesquisa e estar feliz com o resultado, apesar de todas as dificuldades.

Aproveito este espaço para agradecer a todos que de alguma forma contribuíram discutindo, criticando, dando sugestões, enfim, alimentando minhas proposições.

Em especial quero agradecer o apoio da professora de História da UFPA Magda Ricci que, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, forneceu os principais livros sobre a Cabanagem. A todos os amigos da graduação de acompanharam minhas inquietações ajudaram a ameniza-las. São amigos que ocuparão para sempre um lugar especial em minha vida, principalmente Malu, Cláudia, Guedes, Daísa e, com muitas saudades, Marcelo que por estes acasos infelizes da vida não está mais entre nós.

Agradeço Altamiro Borges oportunidade de publicar algumas das idéias aqui presentes, José Carlos Ruy Luciana, Silvio, Tiziu, Odair e todos os outros companheiros que constantemente me encorajaram a continuar. Agradeço também ao bibliotecário do Centro Cultural São Paulo e amigo Roque, que sempre acreditou na minha capacidade. Também a todas as minhas amigas Nicole, Cieda, Luciana, Cláudia e Laine e a meus familiares.

Enfim, a todos, obrigada por tudo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da crise política e da situação revolucionária na Cabanagem, movimento este que aconteceu entre os anos de 1835 e 1840 na província do Grão-Pará. Tentamos observar como foi possível, em meados do século XIX, a população pobre e marginalizada política e socialmente ter se organizado e chegado ao poder na província do Pará, procurando formas de atuação que atendessem seus interesses.

Entendemos que a teoria política possui conceitos que permitem analisar teoricamente o movimento cabano, concedendo uma nova dimensão de interpretação que não só a histórica. Partimos, então, para os conceitos de crise política e situação revolucionária propostos por Lenin.

Através do conteúdo teórico com o qual trabalhamos, pudemos observar que o desenvolvimento político e econômico no interior da sociedade paraense levou a ocorrência da Cabanagem.

Ao trabalharmos com a perspectiva de um processo de crise política, entendemos ser importante a verificação neste desenvolvimento do Grão-Pará, de três pontos, a divisão e crise das classes dominantes, a pauperização das classes populares e um fator subjetivo: a capacidade que a classe revolucionária possui de organizar as ações táticas das massas.

ABSTRACT

The aim of this work is to study the political crisis and the revolutionary situation in Cabanagem occurred around 1835 and 1840 in Grão-Pará. It was tried to observe how it was possible in the 19th century, a poor and marginalized population politically and socially, have organized themselves and reached the power in the province of Pará, looking for different ways of acting that could fit according to their interests.

It's believed that the political theory has concepts that allow us to analyze theoretically the cabano movement, giving us a new dimension besides the historical one. We focused on the concepts of political crisis and revolutionary situation proposed by Lenin.

Based on the theoretical contents researched, it was able to observe that the economical and political development in the paraense society led up to Cabanagem.

Working with the perspective of a political crisis process, we believed to be important the verification of the development of Grão-Pará, according to three points, the division and the dominant class crisis, the increasing poverty in the lower classes and a subjective factor, the ability the revolutionary class has to organize tactical actions of masses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-

1

CAPÍTULO 1

ESTUDOS PRECEDENTES E AS HIPÓTESES DE

PESQUISA..... 3

1.1 A Cabanagem vista pela historiografia tradicional.....4

1.2 A Cabanagem como luta étnica.....7

1.3 A Cabanagem como luta revolucionária.....9

CAPÍTULO 2

**A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ESTRUTURA SOCIAL NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....19**

2.1. Formação do Brasil enquanto nação.....21

2.2. As classes e as ordens na estrutura social

brasileira.....28

2.2.1. A ordem inferior: os escravos negros, mão-de-obra fundamental da sociedade
em formação.....31

2.2.2. A ordem superior dos homens livres e suas classes.....34

CAPÍTULO 3

CABANAGEM E CRISE

REVOLUCIONÁRIA.....	42
3.1. O processo de crise política na província do Grão-Pará.....	49
3.2. A ascensão das classes populares.....	57

CAPÍTULO 4

A ESTRUTURA SOCIAL E A ECONOMIA NO GRÃO-PARÁ.....71

4.1. A formação de vilas e a importância religiosa na política paraense.....	72
4.2. O desenvolvimento econômico da província do Grão-Pará.....	75
4.3. As forças de trabalho.....	83
4.4. A proximidade da província do Grão-Pará com a Guiana Francesa.....	89
4.5. As presenças lusa e inglesa como elite dominante.....	91

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO : É POSSÍVEL SE FALAR EM REVOLUÇÃO?.....95

5.1. A dinâmica da crise revolucionária.....	96
5.2. A natureza da revolução.....	105

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Pretendemos observar a Cabanagem a partir de elementos da teoria política, especificamente os conceitos de crise política e situação revolucionária. Para que possamos a compreensão total do movimento observamos o contexto histórico e político no qual estava inserida, tanto em âmbito nacional como local, vemos quais as forças políticas das classes dirigentes e das classes populares e nacionalistas atuavam neste período. Acrescentamos ainda alguns elementos políticos, econômicos, sociais e religiosos que contribuíram para a formação da província do Grão-Pará.

O primeiro capítulo nos apresenta como a historiografia abordou e tem abordado o movimento. Subdividimos este ponto em outras três visões de compreensão, a Cabanagem vista pela historiografia tradicional, a Cabanagem enquanto uma luta étnica e fechamos com um panorama da Cabanagem como uma luta revolucionária.

Para localizarmos o movimento no espaço e tempo fazemos no segundo capítulo, uma breve referência à movimentação política pela qual passava com o desligamento político do Brasil em relação a Portugal que manteve internamente o português como principal personagem na vida política e econômica. Mostramos também como se organizava a estrutura social daquele período. Damos uma ênfase aos setores intermediários que não eram simplesmente escravos e nem senhores ou proprietários. Formavam um conjunto de indivíduos que acompanhou o desenvolvimento de uma estrutura marcada pela escravidão e por relações de subordinação.

Seguimos introduzindo o movimento cabano, seu desenvolvimento tendo início nas primeiras disputas entre nacionalistas e conservadores no início do século XIX, a organização das classes populares no interior da província, a atuação de intelectuais e religiosos na vida política e a ascensão das classes populares ao poder.

O próximo passo é a verificação das características da região paraense, em especial a presença dos religiosos na figura dos jesuítas, a formação inicial das vilas marcado pelo acesso à terra facilitando a existência de pequenas propriedades, a escassez de mão-de-obra, a presença indígena como força de trabalho e a troca de idéias entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa.

No último capítulo tentamos observar se é possível compreender a Cabanagem enquanto um movimento surgido de uma crise política e direcionada a uma situação revolucionária. Identificamos como pontos relevantes as ações tomadas pelos cabanos no decorrer de seus governos, a atuação das classes trabalhadoras e quais as características podemos dar para o movimento.

CAPÍTULO - 1

OS ESTUDOS PRECEDENTES

A Cabanagem, ocorrida entre os anos de 1835 e 1840, foi um movimento no qual lavradores, camponeses, negros escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas, aproveitando-se de um momento de crise interna entre os governantes da província, assumiram o governo da região. Sob a influência de idéias revolucionárias organizaram-se, tanto na capital como no interior, de forma a permanecer no poder e processarem mudanças gerais na sociedade. Com um complexo conjunto de acontecimentos, os cabanos conseguiram resistir às forças legais até o ano de 1840, ano em que os últimos focos de resistência foram derrotados.

A primeira obra sobre a Cabanagem foi escrita por Domingos Raiol entre os anos de 1865 e 1890. A partir de então, a Cabanagem foi estudada por historiadores e acadêmicos ligados de alguma forma à região norte. Ainda hoje, as produções são localizadas fazendo com que o movimento seja representativo e esteja na memória local e não no conjunto da população brasileira.

A partir da década de 80, podemos dizer que houve um crescimento na produção sobre os cabanos. Teses e livros foram elaborados em outras regiões do país, apresentando novos elementos para a compreensão da Cabanagem. As análises até então conservadoras, foram substituídas por interpretações críticas das posições em voga. A Cabanagem passou a ser vista como um movimento popular expressivo no Pará, resultado do sentimento anticolonial e transformador da província. São relacionados um novo conteúdo ideológico (reflexos das revoluções políticas internacionais) e a posição

paraense diante de toda uma história de colonização baseada na escravidão negra e na servidão indígena. Acreditamos ser este mais recente período de estudos sobre a Cabanagem que reúne um maior número de informações e interpretações, contribuindo para a reflexão da construção do Estado nacional brasileiro. Enfim, uma gama de elementos que nos permitem apresentar a Cabanagem como um movimento repleto de implicações e contradições do processo histórico e político brasileiro.

Os cabanos foram estudados muitas vezes sob uma perspectiva depreciativa e em outros momentos sob a ótica de uma luta étnica que contrapunha brancos, índios, e negros. Entre as décadas de 1980 e 1990, outras interpretações foram produzidas e passaram a abordar a Cabanagem como um movimento popular com um cunho revolucionário. Neste capítulo introdutório algumas destas interpretações do movimento serão apresentadas, além de nos posicionarmos sobre nossa hipótese de trabalho.

1.1- A CABANAGEM VISTA PELA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

Nas primeiras obras, já no século XIX, o movimento era focalizado com um olhar negativo. As produções foram feitas por autores ligados ao governo; entre eles, está o principal estudioso não só da Cabanagem, mas também da história do Pará, Domingos Raiol, que realizou um levantamento detalhado dos principais fatos acontecidos, de 1821 a 1835, em *Motins políticos do Pará*, publicado em 1865. É a obra base para todos os pesquisadores da Cabanagem por apresentar uma reunião de textos de época, jornais e documentos.

O autor entendia que os cabanos alimentavam uma rivalidade que dividia os naturais e os europeus, ricos e pobres que, por pura baderna, iam contra as determinações do governo central:

“o dia 7 de janeiro de 1835 devia ter o seu termo fatal, tempestuoso e sangrento como desportara. Com o assassinato dos principais agentes da autoridade, os rebeldes declararam a província independente do governo central, tomaram por lei o arbítrio, impuseram-se pelo terror! Os mais exaltados tiveram preferência no mando e desenvolveram mais atividades nos acontecimentos(...) adotaram nova e oposta resolução, protestando obediência à regência e aos seus delegados, mas nem por isso deixaram de continuar na mais licenciosa liberdade.”¹

Em alguns momentos as discussões sobre a Cabanagem foram apenas relatos descritivos de fatos e personagens participantes querendo alcançar imparcialidade, como no caso de *Nos bastidores da Cabanagem*, escrito por Ernesto Cruz em 1842. Citando vários autores que analisaram o movimento, o historiador descreve os atos ocorridos, mas não se posiciona em relação ao feito cabano.

Saindo da produção intelectual local, podemos destacar alguns dos grandes pensadores da vida política nacional que estudaram a Cabanagem. Euclides da Cunha e Raymundo Faoro são dois exemplos. Em *À margem da história*, Euclides da Cunha se refere ao cabano como o homem do sertão em oposição ao homem do litoral:

“Era crescente o desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador, refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos(...) ao cabano se ajuntariam no correr do tempo o Balaio no Maranhão, o Chimango no Ceará, o Cangaceiro em Pernambuco, nomes diversos de uma diátese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a silhueta trágica do jagunço.”²

Apesar de não se debruçar com grande afinco sobre o movimento, Faoro analisou a Cabanagem como uma revolução de uma zona periférica, reivindicando proteção por

¹ RAIOL, Domingos, *Motins políticos no Pará*, Belém, UFPA, 1970, p.804-5.

parte do governo central, além de sua inserção na vida política nacional, para desfrutar dos benefícios que tal condição lhes concederia. Discordando de Euclides, Faoro acreditava não ter se configurado como

“uma luta entre centro e províncias em busca da separação ou o dissídio entre o litoral civilizado e o sertão bárbaro, falsamente identificando o balaio com o cangaceiro. Essa imagem, possível no período colonial, seria obsoleta no século XIX, já definitivamente esboçada a unidade nacional, certas províncias que só poderiam viver, prosperar e engrandecer-se dentro do indissolúvel aglomerado nacional.”³

A reunião de textos sobre a história da civilização brasileira organizada por Sérgio Buarque de Holanda, contém também um longo capítulo sobre a história do Grão-Pará desde o final do século XVIII até meados do século XIX. Escrito por Artur César Ferreira Reis, um estudioso da história do Pará, trata-se de um longo relato sobre a vida política da província. Um espaço especial é concedido à Cabanagem e a todo o processo histórico anterior à deflagração do acontecimento.

O autor relata a Cabanagem como sendo um movimento no qual participaram principalmente a população pobre da província, mestiços, índios e negros escravos. Os chefes eram definidos de acordo com a capacidade revelada por cada um. Não possuíam objetivos definidos, mas proclamavam suas críticas em relação à vida social, política e econômica. Para o autor

“o ódio contra o dominador e seus descendentes era incrível. Como o propósito de destruição da estrutura social e econômica que culpavam de todos os dos seus males. O sentido político que pretendem encontrar no movimento, fundamentalmente de massa, não possui a expressão que se lhe pretende descobrir. Aqueles pronunciamentos contra governantes não significaram, realmente, uma demonstração de que visava reforma na estrutura política.”⁴

² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*, 1946, p. 261.

³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, 9ª ed., p.320.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Unidade e Dispersão*, In: *História Geral da Civilização Brasileira*, SP, Difel, 1972, p.80.

Ainda dentro do pensamento dos grandes intelectuais, Caio Prado Júnior foi um dos primeiros a conceder uma importância política, histórica e social, ao movimento.

Segundo ele:

“a sublevação dos cabanos é um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província, com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação política, apesar da falta de continuidade que o caracterizava, fica-lhe contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.”⁵

De forma geral, a historiografia clássica não se debruçou com afinco no estudo da Cabanagem. Ela é vista, como exemplos acima, como um fator importante para o momento histórico que está sempre agrupada aos outros movimentos pós independência sem uma maior investigação sobre seu significado.

1.2- A CABANAGEM COMO LUTA ÉTNICA

Uma das interpretações que em alguns momentos estiveram presentes nos estudos sobre a Cabanagem, é a de que ela tenha se caracterizado como uma luta étnica. Negros escravos, mestiços, tapuios, lutaram contra brancos portugueses que detinham todo tipo de poder na província. Diante de um quadro específico da região amazônica, pela alta concentração de população indígena, esta hipótese por vezes foi considerada.

⁵ PRADO JR. Caio, *Evolução política do Brasil*, SP, Brasiliense, 1972, p. 69.

Os índios são vistos por este ponto de vista, como o grupo mais atingido pela colonização portuguesa no Brasil e em especial no Norte do país. Os tapuios⁶ foram destruídos e aculturados. Os portugueses afetaram a fidelidade e autonomia das tribos, principalmente aquelas que enfrentaram com maior resistência o dominante lusitano. Os índios foram domesticados, subjugados e usados como mão-de-obra escrava e servil nas terras pertencentes a portugueses. Passaram a aplicar, compulsoriamente, os conhecimentos científicos europeus em seu próprio território. Portanto, a chegada do branco português nas terras amazônicas gerou um choque cultural que marcou a relação entre indígenas e brancos.

No momento de ocorrência da Cabanagem, era comum entre a sociedade um sentimento antiindígena. Isto é comprovado nas ações cotidianas e em documentos deixados por militares, governantes e pensadores da época. Foram sempre considerados bárbaros e incivilizáveis, segundo Moreira Neto. Em declarações do brigadeiro Soares d'Andréa, presidente da província e militar que atuou na repressão contra os cabanos, havia no Pará da época, “uma classe dominante, fortemente minoritária e branca, racial e culturalmente diversa das demais categorias, ameaçada por uma conspiração geral das gentes de cor a semelhança das revoltas da ilha de São Domingos e da Martinica.”⁷ Andréa acreditava ainda que o melhor encaminhamento seria constituir uma sociedade branca e sustentada pelo trabalho servil negro, indígena e mestiço. Foi, portanto, uma resposta a este espírito conservador observado nos diversos momentos de desenvolvimento da província, que veio à tona em 1835, a Cabanagem.

Aos ideólogos deste tempo, os índios e negros eram incapazes de viver em sociedade e, principalmente, de servirem como militares. Por isso homens provenientes

⁶ Aos índios, negros e mestiços que não estavam incluídos na sociedade da primeira metade do século XIX, denominou-se tapuío. Passaram a ser reconhecidos socialmente como desordeiros, anarquistas e bárbaros. Esta caracterização, portanto, não os definia etnicamente.

⁷ MOREIRA NETO, *Índios da Amazônia: da maioria à minoria*, Rio De Janeiro, Vozes, 1988, p.64.

do Sul, formavam uma parte do exército local. Além disto, a presença de militares não-paraenses, na visão dos dirigentes, melhoraria a “qualidade biológica e, portanto, as oportunidades de aperfeiçoamento moral e a civilização de sua população”.⁸

Mesmo sabendo que os elementos dominantes nas agitações cabanas eram em sua maioria negros, brancos pobres e índios, é preciso ir além de uma visão simplista que contrapõe brancos contra mestiços, índios e negros, investigando as posições ocupadas na estrutura social para daí compreendermos as contradições e conflitos daquela sociedade.

Estes pequenos pontos demonstram que os elementos que levaram à explosão da Cabanagem, não foram apenas oposições entre algumas categorias étnicas, mas também, uma explosiva configuração política na qual se engendrou um processo de disputas políticas, econômicas e sociais que permitiram a organização e a politização de setores da sociedade paraense.

1.3– A CABANAGEM COMO LUTA REVOLUCIONÁRIA

A partir das décadas de 1980 e 1990, outras interpretações foram produzidas e passaram a abordar a Cabanagem como um movimento popular com um cunho revolucionário.

Um primeiro autor que fez uma análise importante sobre a Cabanagem é Pasquale Di Paolo através do livro *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*.⁹ Paolo tem como ponto central em sua análise a democracia e o alcance da cidadania a todos os

⁸ *ibid.*, p. 65.

⁹ PAOLO, Pasquale di. *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*, CEJUP, Pará, 1985.

membros da população. Define o movimento como uma revolução, por ter rompido com as bases da estrutura política vigente.

Segundo o autor, o movimento foi a emergência de um povo lutando por sua independência. Deixa claro seu posicionamento contra as análises que classificaram a Cabanagem como elitista, corporativista, ou classista. Estas visões, do seu ponto de vista, centraram-se em aspectos específicos sem levar em conta o contexto histórico do momento. A Cabanagem foi a imagem das dicotomias sociais e a identificação de seus responsáveis. A saída para esta situação seria a socialização do poder, levando à base popular uma melhoria social e política.

Paolo não a considera como uma luta racial pois brancos também faziam parte do grupo rebelde. Da mesma maneira não a classifica enquanto luta religiosa, uma vez que o clero estava dividido. Outras desconsiderações são a luta de classes e a nativista. Esta última não poderia ser pensada por existir estrangeiros defendendo o movimento. A Cabanagem, enquanto um movimento de luta de classes, também não foi adotada por ele devido a não constituição naquele momento histórico “de classes médias ou urbanas como pensava Prado Jr. e sim de homens das cabanas do interior”.¹⁰ Para Paolo, esta visão de classe não cabe nesta realidade histórica pois os conceitos de burguesia, proletariado e classes no sentido marxista, na configuração paraense, não estavam formalmente delineadas. Como categorias analíticas o autor prefere utilizar “vértice” e “base” para se referir às contradições sociais e povo, como a formação política desejada.

A Cabanagem, nesta linha reflexiva, passou para a história como uma revolução por pretender romper com a ordem predominante. Apropriara-se de conceitos burgueses como cidadania, povo, pátria, sociedade, liberdade e igualdade. A adoção destes

¹⁰ *ibid.*, p.261.

conceitos demonstraria, de acordo com o autor, o “elevado nível de consciência política cabana”.¹¹

Para ele o possível a ser dito é que os cabanos eram formados por negros escravos e fugidos, índios muitas vezes lavradores com pequenos pedaços de terra. Eram ainda pescadores e moradores de cabanas que viam sua produção ir para as mãos dos grupos portugueses dominantes que monopolizavam as relações comerciais e estagnavam o crescimento econômico geral.

Outra característica interessante no estudo de Paolo é a delimitação feita dos momentos da revolução. Ocorreu num primeiro momento uma fase pré-revolucionária, todo um período histórico antecessor ao movimento cabano, marcado pela dominação portuguesa, pela desintegração da sociedade indígena e pelo sonho de formar o que os cabanos denominaram de “subsociedade dos caboclos”. Esta sociedade seria uma organização na qual os cabanos fossem os principais personagens.

O momento revolucionário, por sua vez, se dividiu em três etapas. A primeira foi a luta política, cujo conteúdo era resumido na tentativa de imposição da hegemonia cabana, acentuando-se aspectos autonomistas e republicanos para o futuro da província.

A seqüência se deu com a luta social e a necessidade do reconhecimento da participação do povo paraense como cidadão. Neste ponto estava uma das principais reivindicações que era por fim à dominação portuguesa sobre nativos, negros escravos, mestiços e libertos. Enfim, temos a luta de resistência já no final da revolução quando, após derrotados na capital, os cabanos refugiaram-se no interior onde se reorganizaram para retornar à Belém.

Portanto, para o autor, a Cabanagem foi uma revolução por usar da luta armada para conquistar o poder e este ser exercido pela base da população. No entanto, não

¹¹ *ibid.*, p. 369.

chega a se concretizar pela falta de apresentação de um projeto e quadro dirigente que orientassem o melhor caminho a percorrer para a realização da sociedade pretendida. Mas impõe sua importância ao defender novos horizontes políticos e sociais, únicos para a época.

Apesar de avançar em alguns aspectos, a crítica que se pode colocar à interpretação de Paolo refere-se ao fato de ele negar a presença da luta de classes no período correspondente à Cabanagem. Se pensarmos em trabalhar a idéia de que os cabanos lutavam pelo reconhecimento do *status* de cidadãos e pela conquista da democracia numa sociedade onde vigoravam relações escravas e servis, logo concluiremos que pensar em cidadania, pressupõe a luta de classes e ordens, bem como diferentes interesses.

As classes sociais são definidas economicamente, ou seja, de acordo com o lugar ocupado na produção. É daí que se formarão as relações sociais e econômicas da sociedade. O trabalho de uns pode ser apropriado por pessoas que são proprietários, mas não são trabalhadores. De modo simples já se apresenta acima uma das características do modo de produção capitalista, a oposição entre as classes. Nas sociedades pré-capitalistas, por exemplo, isto era feito com uma hierarquização em ordens dos elementos que participavam do processo produtivo. Procuraremos aqui trabalhar com a idéia de um conflito de classes no movimento cabano porque acreditamos nas leituras de Décio Saes e Jacob Gorender nas quais a questão das classes se coloca mesmo no sistema escravista brasileiro. Décio Saes identifica duas classes como fundamentais ao funcionamento do sistema: o fazendeiro escravista e o escravo rural¹². No entendimento de Gorender, “a sociedade colonial era uma rígida sociedade de castas sem deixar de ser uma sociedade de classes.”¹³

¹² duas categorias que se antagonizavam.

¹³ GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*, SP, Brasiliense, 1978, p. 548.

Uma autora importante nos estudos sobre a Cabanagem é Ítala Bezerra da Silveira com a tese de mestrado *Cabanagem, uma luta perdida para a liberdade*¹⁴. A idéia central no trabalho de Ítala, é a busca frustrada pela liberdade para a população excluída paraense. Esta população seria formada por negros escravos e libertos e servos indígenas impedidos de participar da vida política da província.

No período de 1821 a 1835 três dezenas de revoltas aconteceram no Pará voltadas à questão da liberdade. Para a autora, aparecem com sentidos diferentes de acordo com a posição de classe ocupada. Estavam presentes elementos de quase todas as camadas sociais: médios e pequenos proprietários rurais lutando pelo livre jogo de forças de mercado; escravos e índios em defesa do reconhecimento enquanto pessoa, ou seja, pelo direito à liberdade e pelo fim do recrutamento da mão-de-obra servil indígena em obras públicas. Lutavam contra as autoridades locais que representavam a Metrópole no governo colonial.

Ítala relata vários momentos de revolta sem, no entanto, deixar explícitos quais os grupos envolvidos. Mas com um olhar detalhado, é possível perceber que disputas entre brasileiros e portugueses estavam por trás da maioria dos movimentos.

A autora identifica a política adotada no Pará pelo Brasil como sendo uma política colonialista: “o clima de insatisfação que ali se instalara, em consequência da forma como se processara a incorporação do Pará ao Império, iria refletir-se na infinita série de rebeliões, revoltas populares, motins e sedições que marcaram os primeiros lustros da vida do Pará como Província do Brasil”¹⁵.

¹⁴SILVEIRA, Ítala B. *Cabanagem, uma luta perdida para a liberdade*, Belém, Secult, 1994.

¹⁵ *ibid.*, p. 113.

Finalizando seu livro Ítala procura chegar a uma conclusão do que teria sido a Cabanagem. Diz a autora que “a Cabanagem foi uma insurreição do povo paraense contra a política do Império Brasileiro, foi o coroamento de uma longa série de rebeliões que, durante muitos anos, sacudiram a Província do Grão-Pará.”¹⁶

Para a autora a simples presença de uma maioria mestiça, indígena ou negra não permite definir o movimento como étnico. De acordo com Ítala:

“alguns pequenos e médios proprietários rurais tiveram autorização do governo Provincial para viajarem aos Distritos onde residiam anteriormente a fim de venderem seus bens e se estabelecerem nas localidades que lhes haviam sido designadas, e o confisco de bens de Cabanos, durante a rebelião, comprova a existência de possuidores nas forças rebeldes. A Cabanagem foi uma insurreição do povo paraense contra a política do Império Brasileiro, foi o coroamento de uma longa série de rebeliões que, durante muitos anos, sacudiram a Província do Grão-Pará.”¹⁷

Para os participantes, o movimento seria uma busca pela liberdade independente da camada a qual pertenciam. Almejavam o ideário da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade para se alimentar politicamente e vislumbrar tais elementos presentes também em suas vidas. Eram direitos básicos do cidadão, negados pelo governo imperial.

Por outro lado a autora caracteriza a Cabanagem também como uma luta de classes, porque, de um lado, estavam as classes oprimidas, escravos, posseiros, pequenos e médios lavradores e artesãos “defendendo a preservação de sua cultura”; de outro, estava a classe dominante “opressora, detentora do aparelho do Estado e a serviço do Capitalismo emergente, que tentava impor uma nova ordem na sociedade paraense.”¹⁸

¹⁶ *ibid.*, p. 161.

¹⁷ *id.*,

¹⁸ *ibid.*, p. 166.

No final da argumentação da autora, aparece claramente o que ficou subentendido nas passagens anteriores do livro. A questão da luta de classes poderia ser melhor aprofundada conferindo um caráter político-conceitual maior à análise pretendida. Acredito, que mesmo sua intenção de trabalhar a Cabanagem como uma luta pela liberdade que fracassa frente ao crescimento da economia de mercado na região, poderia ter sido mais profundamente detalhada. Apesar de dizer que cada elemento participante tinha em mente um anseio de liberdade diverso, poderia ser mais clara em sua observação, o que cada classe faria com sua liberdade e como foi concretizada, se é que o tenha sido. A partir da identificação destas diversas formas de liberdade, poderíamos então caracterizar melhor como se configurou a luta de classes. Se liberdade significava ter livre comércio sem intermediação de grandes proprietários, teríamos uma tentativa de ascensão de uma classe média que buscava se colocar enquanto membro ativo na economia e política regional e nacional. Por parte de negros e índios, alguns pequenos proprietários ou mesmo os que ainda estavam sob o cativeiro, a liberdade significaria a volta a sua condição de homem possuidor de uma cultura própria. A luta de classes aqui também teria um outro caráter, que acredito foi pouco analisado pela autora.

Ao longo do levantamento bibliográfico, percebe-se que a produção realizada sobre a Cabanagem, foi feita basicamente por estudiosos ligados com algum vínculo à região. São raras as tentativas de compreensão daquele movimento partindo de outras localidades do território nacional. Os três principais autores anteriormente citados, Raiol, Paolo e Ítala confirmam esta afirmação. Mesmo as dissertações de mestrado ou doutorado feitas em instituições fora do Pará, são de pessoas saídas deste Estado. Este

fato talvez seja decorrente de um compromisso da população local com a recuperação histórica e cultural da região norte.

Um importante exemplo desta preocupação, é o livro *Memorial da Cabanagem- esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*, escrito em 1992 por Vicente Salles¹⁹. Neste livro é apresentado um rico estudo sobre as idéias políticas que permearam as ações cabanas. Com uma linha de interpretação marxista, Salles identifica uma luta de classes que eclode em 1835 com a Cabanagem. O autor relata a expressão política de membros excluídos da sociedade paraense que era baseada nos grandes proprietários e comerciantes portugueses.

Segundo Salles, por trás da simples oposição entre portugueses e brasileiros, havia uma heterogeneidade de posições que se somaram formando um quadro político instável na província. De acordo com ele, de um lado estava o colono, uma minoria que controlava o poder e os meios de produção; em oposição, estava o colonizado “massa heterogênea de camponeses e peões”, pertencente à categoria de homens livres sem terra “vivendo à margem da escravidão.”²⁰ Em muitos momentos sua condição era pior até que a situação dos escravos.

Como o subtítulo diz, o livro é a “história do pensamento político-revolucionário do Grão-Pará”. Pensamento este que tem suas raízes nas grandes transformações ocorridas no final do século XVIII e início do século XIX. A Cabanagem é a soma do reflexo da ação desempenhada por idéias liberais, republicanas e libertárias. A Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução da Guiana Francesa, principalmente, exerceram papel importante na propagação de idéias políticas entre diferentes camadas da sociedade do Grão-Pará.

¹⁹ SALLES, Vicente, *Memorial da Cabanagem- esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*, Belém, Cejup, 1992.

²⁰ Ibid., p. 59.

Salles faz uma apresentação de diversos pontos que contribuíram para esse momento de explosão das massas, como ele se refere. No entanto, não se centra numa análise estrutural para definir quem é quem na estrutura social da época e conseqüentemente, dentro do movimento cabano. Há uma superficialidade ao dizer que são índios, negros e caboclos, ou ainda, lavradores e pequenos proprietários que lutam contra portugueses.

Ao pensarmos no esquema de interpretação de crise política e revolução proposto por Lênin, onde encontramos a luta interna entre as classes dominantes, a pauperização das classes populares e ascensão política das mesmas, vemos que tais elementos implícitos estão na análise proposta por Vicente Salles. A questão do crescimento político das classes populares é um fator intensamente relatado.

O autor aborda a difusão das idéias do socialismo utópico elaboradas por Saint-Simon na Europa. Para ele, no Brasil, elas estiveram limitadas por não haver a organização de uma classe operária. Os intelectuais brasileiros educavam-se, em sua maioria, na Europa e lá tomavam contato com as idéias do início do século. Entre elas estavam o socialismo utópico e o livre comércio. De volta ao Brasil, disseminavam os novos pensamentos políticos e econômicos.

Instalaram-se em Pernambuco e Pará os liberais mais radicais. Utilizavam a imprensa como um dos principais instrumentos de difusão dos acontecimentos políticos e de formação de opinião entre a população. Críticas e questionamentos sobre o *status quo* da província eram os mais freqüentes assuntos dos jornais. Entre os analfabetos, a grande maioria, as notícias eram transmitidas oralmente. No interior havia um informante, ligado às lideranças da capital, que repassava à população local as decisões tomadas pelas autoridades e a ocorrência de movimentos contestatórios.

Juntamente com Ítala e Paolo, Salles nos posiciona num outro patamar de compreensão sobre os acontecimentos da Cabanagem, sobre seus elementos, suas intenções e, principalmente, qual sua importância para a história não só do Pará, como também para a formação do Estado nacional. Acredito que estas análises serviram, e irão por muito tempo servir, de referência aos novos pesquisadores que se interessarem pela história do Brasil, como já é visto com algumas teses e dissertações que estão sendo produzidas.

CAPÍTULO – 2

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ESTRUTURA SOCIAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO

XIX

As análises sobre a Cabanagem nos permitem ver, através de abordagens fragmentadas, suas diversas implicações. A proposta de um aprofundamento em seu estudo necessita também de pontos que explicitem ainda mais a relevância do movimento para a pesquisa política e histórica brasileira.

Como parte de nossa proposta é a compreensão do movimento cabano através de pontos teóricos da política, especificamente os conceitos de crise política e situação revolucionária, verificaremos posteriormente a estrutura local e nacional. Por este meio, poderemos identificar as classes e ordens existentes, qual a natureza da sociedade em questão, quais os interesses e os anseios da região.

Acreditamos ser relevante o estudo das relações estruturais porque delas podemos obter pontos complexos como os aspectos sociais, políticos e econômicos. A estrutura permite saber quem são os agentes envolvidos e quais são os interesses defendidos. Sua relevância se faz, segundo Srour, porque “nas relações de coletividade perpassam fenômenos econômicos, políticos e sociais.”²¹ Na estrutura, as relações de produção determinam diferenças as classes. Num determinado momento, pode haver choques e conflitos gerando mudanças estruturais e propiciando o surgimento de um novo momento histórico e uma nova configuração política.

²¹ SROUR, Robert Henry. *Classes, regimes e ideologias*, SP, Ática, 1987, p. 12.

Nas sociedades de classe, a relação estrutural ocorre entre os donos de meios de produção e os trabalhadores. Entre eles se estabelece uma relação de dominação e subordinação o que conseqüentemente refletirá nos demais pontos que definem a sociedade. Podem ser agentes contraditórios mas que se complementam se inseridos no contexto histórico.

Localizando-os, procuraremos identificar escravo e senhor na estrutura social escravista, bem como as demais categorias sociais nela presentes que contribuíam para a formação política e social da estrutura social brasileira. Para isso, primeiro apresentaremos um esboço de como estava a sociedade nacional após a proclamação da independência, quais grupos de interesses nacionais prevaleciam até o ano de 1835.

No período aqui estudado, primeira metade do século XIX, começava a ser delineada uma economia interna em complementação à exportação. O comércio interno, principalmente após 1808, em muito contribuiu para o avanço político e econômico do país. Foram fundamentais, para o desenvolvimento do Estado, o comércio do negro africano, sua utilização enquanto mão-de-obra barata, além de outros benefícios que o tráfico de escravo trouxe a setores determinados da sociedade brasileira desde a colonização.

2.1 - A FORMAÇÃO DO BRASIL ENQUANTO NAÇÃO

A chegada da família Real ao Brasil em 1808 trouxe também cerca de 2.300.000 habitantes livres. Até então, a maioria da população era negra: 1.930.000 mil negros e 1.887.000 mil brancos. A vinda de um grande contingente populacional português com a corte aumentou ainda mais o número de pobres livres. Além disto a concorrência entre brasileiros e portugueses também foi sentida entre pequenos comerciantes, artesãos e burocratas lusos.

A idéia defendida por homens que aqui chegaram era de recolonização e reconquista dos mercados no Brasil. Entre uma de suas propostas estava a subordinação das províncias a Portugal, desligando-se do poder do Rio de Janeiro. Mas a colônia se tornou o centro político enquanto Portugal perdia sua importância.

Os portugueses presentes no Brasil defendiam a volta à antiga condição de colônia e o fim da intervenção inglesa²². Lyra afirma que o grande ponto em disputa era a questão nacional. A defesa de reformas no Brasil deixara em desvantagem Portugal, para o qual defender o interesse nacional seria manter o Brasil como subordinado. Para os representantes políticos portugueses na colônia, o fator fundamental era “a defesa dos genuínos interesses nacionais e essa era uma das questões mais delicadas e de difícil solução, na implementação da política reformista, por depender da capacidade de aceitação de todos a um projeto de Estado que implicava a preeminência do Brasil no cenário nacional”.²³ Era como se Portugal apenas sugasse lucros do Brasil impedindo as camadas produtoras internas de avançar, sendo colocadas abaixo dos setores

²² LYRA, Maria de Lourdes Viana, *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 194, p. 144.

exportadores. O livre comércio daria um novo ritmo ao Brasil, principalmente ao Centro-Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

O certo é que a independência do país já em seu início teria seus limites desenhados. Em 1823 um dos atos de D. Pedro I foi decretar a manutenção de disposições, regimentos, leis e alvarás do período joanino o que não mudaria a fisionomia do Estado. Mesmo próximo à separação ainda possuía uma estrutura colonial estratificada com forte caráter étnico. As mudanças processadas foram não para os portugueses e sim para as camadas brasileiras que aqui viviam.

A chegada da família real acelerou o processo de interiorização da colônia que acontecia desde o século XVII. Segundo Iara Carvalho “a corte foi uma oportunidade para que negociantes locais deslanchassem na vida social, política, conquistando prestígio e aumentando sua riqueza”²⁴ Era o delineamento de uma classe econômica brasileira que controlava o comércio interno. Eram responsáveis pela ligação entre as diversas localidades do território brasileiro. Foram crescendo econômica e politicamente, principalmente no centro sul do país.²⁵ Conseguiram acumular riquezas e passaram a ajudar financeiramente o Estado.

As províncias do Norte e Nordeste não participaram do processo de independência. Para que a adesão ocorresse em todo o território formaram-se grupos responsáveis por legitimá-la. Bahia, Maranhão, Alagoas, Ceará foram alguns dos que necessitaram de algum tipo de intervenção. O Pará só reconheceu a independência em 1823, após intensa luta armada liderada por forças do governo e soldados ingleses. Este exemplo demonstra que a aceitação da independência não foi realizada de maneira pacífica e a união territorial ocorreu sob ação militar.

²³ Ibid., p. 148.

²⁴ Ibid., p. 45.

²⁵ id.,

A consequência do modelo desenhado pelas forças que realizaram a independência foi um império, com base na monarquia, acompanhado de quatro poderes. A Constituição de 1824 estabeleceu o poder Executivo, o Judiciário, o Legislativo, com a Câmara temporária e o Senado vitalício, e o poder que mais caracterizaria a política do império, o poder Moderador, instância máxima conduzida pelo imperador. A instância local contava com um conselho de Estado, conselheiros vitalícios e um presidente definido pelo Imperador.

Mas o desenvolvimento do Estado tomou um novo rumo no ano de 1831. Para Décio Saes, este ponto foi definitivo para o fim na relação colonial. Os momentos antecedentes à abdicação de D. Pedro I foram marcados por uma luta entre a elite ligada aos portugueses e setores econômicos nacionais em formação que desejavam autonomia em relação a Portugal. D. Pedro I foi aos poucos perdendo seu significado simbólico político e público. A abertura dada pelo imperador ao grupo liberal foi a porta de entrada para sua queda. Os liberais atacavam abertamente a política do imperador que passou a ser visto como um ditador que usurpava sua ação política através do quarto poder.²⁶ No Rio de Janeiro, por exemplo, vários tumultos contrários à política do imperador aconteceram liderados por homens de ideologia liberal como Evaristo da Veiga apoiado pela população pobre.²⁷

Durante todo esse período as classes se envolveram num processo de reordenação diante do novo quadro econômico. O principal fator foi o crescimento da economia interna. Dispersaram-se pelo país com diferentes produtos para exportação e houve um “fracionamento, ao nível da política de uma mesma classe dominante.”²⁸ A comercialização do excedente aumentava cada vez mais e novas classes surgiam

²⁶ Ibid., p. 337.

²⁷ Participavam no anseio de que sua condição social fosse alterada. Mas alcançando seus objetivos, as elites excluíam os setores populares participantes. Até mesmo leis foram formuladas para proibir a realização de qualquer manifestação contrária à nova fase política brasileira.

procurando também espaço político. Tidas como liberais estas forças se dividiram em dois grupos. Um primeiro denominado de moderados que, sem estar organizado em partidos, agia através de sociedades defensoras por todo país. Estavam nele reunidos os proprietários de terra, comerciantes e primeiro escalão da administração pública.

O segundo grupo, os liberais exaltados, eram representados por pequenos proprietários, comerciantes, funcionários de baixo escalão, setores emergentes como padres, jornalistas, advogados, militares de baixas patentes, artesãos, enfim, camadas médias urbanas que contribuía na arrecadação, mas não tinham retorno na divisão dos lucros. Por estar fora dos benefícios desejavam reformas como a saída dos portugueses do país e o livre acesso ao comércio. Faoro os classificou como adeptos das idéias francesas. Queriam conquistar o poder de decisão, proventos para as províncias, comando político, enfim, não ansiavam pelo desmembramento do território e sim por “gozar de maior proteção do centro”.²⁹

Um exemplo desta exclusão pôde ser observado no que se referia aos direitos políticos reservados apenas aos grandes proprietários de terra. A cidadania era medida a partir de um limite mínimo de renda obtida através de alqueires de terra. Excluía-se com esta medida toda uma população escrava, populações de zonas urbanas do comércio e outros trabalhadores. A classe dominante de proprietários rurais sem poder político durante a colônia, assumiu, principalmente no império, lugar de destaque na organização política do novo Estado. Os grandes proprietários, para ter maior expressão no aparelho estatal, realizaram uma “revisão da estrutura institucional vigente”.³⁰ Como elite dirigente precisavam criar um Estado que estivesse diretamente ligado a seus interesses econômicos e políticos sem a fragmentação territorial.

²⁸ SAES, Décio. op. cit., p. 195.

²⁹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, vol. 1, Ed. Globo, 9ª edição, p. 321.

³⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império – O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. SP, Departamento de Ciência Política da USP, Editora 34, 1999, p. 26.

O primeiro passo foi a organização da Regência Provisória, em 1831, que ficou sob a responsabilidade de Evaristo da Veiga. A tentativa era reunir as várias correntes “como expressão da política de congraçamento”.³¹ Mas em pouco tempo o caráter conservador tomou maior vulto provocando definitivamente o rompimento entre os liberais moderados e exaltados. As reformas constitucionais de 1832 e 1834 foram exemplos da tentativa do fortalecimento do poder executivo e caminho para a construção de sua direção política.

Inicialmente pensavam as províncias enquanto corpo autônomo “garantindo o controle do poder político pela classe economicamente dominante.”³² O poder judiciário também ficaria a cargo de pessoas locais na figura de um juiz de paz eleito dentre aqueles com representação social, geralmente proprietários de terra ou grandes comerciantes.

Nos estados se criou uma política de auto-defesa na qual as assembléias legislavam sobre os assuntos de seus interesses econômicos e políticos, além de garantir a ordem através da Guarda Nacional responsável pela segurança individual dos “cidadãos”. Esta política era “patrocinada pelo senhor de engenho que se travestia na figura do Estado(...)conformou-se um poder ao mesmo tempo tão centralizado, porque colocavam as decisões nas mãos de um único indivíduo, quanto descentralizado porque estilhaçado em dezenas de proprietários”.³³ Este modelo gerou assembléias provinciais com forte poder político que poderia caminhar na contramão do poder do presidente da província representante local do imperador.

A potencialidade deste embate fez com que em 1834 um ato adicional fosse elaborado. Nele estabeleceu-se a Regência Una, o fim dos conselhos do Estado e da

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*, p. 12

³² *Ibid.*, p. 27.

³³ MARSON, Izabel. *A Rebelião Praieira*, SP, Brasiliense, 1988, p. 42.

autonomia provincial. Manteve-se, no entanto, a vigência do poder moderador e a indicação do presidente provincial. Somam-se ainda a estas medidas a supressão do Conselho de Estado, a autonomia relativa para as Câmaras e assembleias provinciais, a nomeação de funcionários e eleições sob controle local.

A regra que até então prevalecia, a descentralização do poder, herança do período colonial, foi substituída com o ato de 1834 por um instrumento de centralização do poder do Estado. Segundo José Murilo de Carvalho, o “governo passou a ser o administrador dos conflitos locais, trazendo para a esfera pública o processamento das lutas privadas”.³⁴

Este ato adicional foi responsável pela deflagração de vários movimentos contrários às ações do governo central. Ponto que mais causava desconforto era a autonomia relativa das províncias e a vigilância do governo central sobre as decisões locais. No Pará com a Cabanagem, no Ceará com a Balaiada, no Rio Grande do sul com a Farroupilha, respostas foram dadas contra as medidas restritivas da regência. Diogo Feijó enquanto ministro da Justiça encontrou muito trabalho para reprimir estes movimentos populares.

O ano de 1835 foi inovador na escolha para o regente. A Regência Una, definida no ano anterior, contou com a possibilidade de eleição direta por parte do eleitores. No processo eleitoral estiveram presentes os “cidadãos” que elegeram Diogo Feijó em 7 de abril daquele ano, apoiado por moderados, o novo regente do país. Eleito sem maioria na Câmara teria dificuldades em manter sua governabilidade. Os deputados e senadores exigiam uma participação efetiva enquanto elementos de decisão. Feijó não aceitava tal posição e os conflitos entre ambos estavam iniciados.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*, Brasília, Editora UNB, 1981, p. 124.

Figura marcante no império, Diogo Feijó foi um dos maiores exemplos dos moderados exercendo primeiro o cargo de ministro da justiça e depois sendo regente. No poder, agiu muitas vezes com firmeza e violência principalmente contra os movimentos provinciais. Combateu os restauradores e os exaltados. Mas alguns historiadores afirmam que o erro de Feijó foi distanciar-se das forças econômicas e sociais dominantes como Evaristo da Veiga que não concordava mais com as ações tomadas pelo regente, como por exemplo: a formação de um ministério escolhido de acordo com as afinidades pessoais de Feijó.

Dirigindo o país num período extremamente conturbado Feijó foi levado à renúncia em 1837. Sua queda foi decorrente de diversas situações. Uma delas a dissidência entre moderados e conservadores em virtude das medidas tomadas no Ato Adicional em 1834 que apresentava medidas contraditórias para a condução política do país, antagonizando pontos de lutas discordantes das forças presentes na sociedade de então. Interesses locais se chocaram com interesses do governo central. Principalmente no final do mandato de Feijó veio à tona a divisão entre os diferentes setores e interesses que estes grupos representavam. Contribuiu em muito também as revoltas provinciais. Mesmo todas as tentativas não restabeleceram a autoridade pública.

Seu sucessor foi Araújo Lima, ligado ao partido conservador formado por ex-restauradores e dissidentes dos liberais moderados. Grandes comerciantes, proprietários de terras e açucareiros iniciaram o chamado regresso conservador a partir de 1838. Revogaram as medidas descentralizadoras, a autonomia provincial e derrubaram instituições contidas na Constituição de 1824. Ficaram no poder até 1840 quando assumiu D. Pedro II.

2.2 – AS CLASSES E AS ORDENS NA ESTRUTURA SOCIAL

A compreensão da sociedade brasileira em formação durante a primeira metade do século XIX não pode ser analisada sob a ótica de uma interpretação que coloca senhores de escravos numa ponta e escravos em outra. Só teremos uma visão global se procurarmos as entrelinhas desta relação, a estrutura jurídico-política e o desenvolvimento de classes que complementaram o regime escravista.

Mesmo pós-independência as relações interpessoais passaram pela questão jurídica. Houve uma hierarquização em ordens às quais eram definidos direitos e deveres juridicamente estabelecidos. Segundo Finley, ordem “é um grupo juridicamente definido dentro de uma população(...) possui privilégios e capacidades formalizadas em um ou mais campos de atividades - governamental, militar, legal, econômico, religioso, conjugal e situa-se em relação a outras ordens numa relação hierárquica.”³⁵

Em termos de direitos no Brasil daquele momento encontramos duas ordens, a ordem inferior sem direitos e com obrigações formada pelos escravos e a superior formada por homens livres e com privilégios.

Ao analisarmos pelo lado econômico recairemos na relação que cada indivíduo mantém com os meios de produção. Em termos gerais, analisando o regime escravista, teremos duas posições fundamentais, a dominante que toma para si o trabalho de outro, e a dominada que fornece seu trabalho. Mas “este quadro é alterado se considerarmos as formações sociais historicamente existentes (...) As oposições simples desaparecem(...) Podem surgir classes intermediárias entre as duas fundamentais, o mesmo podendo

³⁵ FINLEY, M. I. *A economia antiga*, University of California Press, 1973, p. 56.

ocorrer entre as ordens que se desmembram em estamentos”.³⁶ Como exemplo, podemos tomar a Europa Medieval na qual faziam parte das ordens inferiores ou superiores dos homens livres os estamentos dos plebeus, da nobreza e do clero, que se subdividiam em camponeses livres, aprendizes, proprietários feudais, grandes burgueses. Da mesma forma entre a ordem dos escravos havia uma subdivisão. Nota-se que “embora os criados domésticos, os escravos com peculium e os escravos que trabalhavam acorrentados numa grande propriedade pertencessem todos a uma única categoria jurídica, o seu estatuto legal ocultava as diferenciações sociais e econômicas entre eles”.³⁷ Daí ser observadas classes sociais diferentes também para os escravos. Encontramos o escravo rural, o doméstico, o negro de ganho e o escravo com peculium, entre tantas outras classes.

Sabemos da dificuldade da definição de uma estrutura social em razão da configuração econômica do período no qual as forças produtivas não estavam completamente desenvolvidas. Mas podemos definir a sociedade brasileira de meados do século XIX, como uma sociedade de classes e uma sociedade de ordens fundamentada no trabalho escravo e no grande latifúndio. Através desta interpretação nos aproximamos teoricamente da análise de Décio Saes que identificou duas classes como fundamentais para o modelo estrutural, o fazendeiro escravista e o escravo rural.³⁸ Com o crescimento do capital mercantil, novos indivíduos se inseriam compondo as relações de produção e estabelecimento diferentes níveis de aproximação entre senhores e escravos.

³⁶ BOITO JR. Armando. Cidadania: mito ou realidade, ou mito e realidade?, In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.8, n.o 5, p.1101-1114, set./out. 1998. p. 1104.

³⁷ FINLEY, op. cit., p. 84.

³⁸ A razão pela qual os fazendeiros escravistas e os escravos rurais foram as classes sociais fundamentais deste momento histórico é encontrada na predominância do modo de produção escravista fundado na grande produção agrícola exportadora. SAES, op. cit., p. 80.

Sua análise de classe social é tomada de Lenin cujas classes sociais são caracterizadas de acordo com a posição ocupada pelos grupos de homens na escala de “produção historicamente determinada, pelas relações em que se encontram engajados quanto aos meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e pelo modo e a proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem.”³⁹

Ainda que houvesse quase que uma polarização entre as duas classes principais, não se pode uniformizar a ordem dos homens livres, nem tão pouco a ordem dos escravos. Cada uma delas mantinha uma relação diferenciada com os meios de produção e com a divisão social do trabalho, determinando visões e necessidades particulares em seu interior. Os escravos, por exemplo, trabalhavam nos campos e nas cidades. Os homens livres eram proprietários de terra, lavradores, comerciantes de pequena ou média envergadura. As classes dominantes escravistas pertenciam a uma ordem policlassista. Eram fazendeiros escravistas, mercadores escravistas, industriais escravistas, proprietários urbanos de escravos de ganho. O que nos faz pensar em diferentes classes dominantes escravistas e diferentes posições no processo social de produção.

Entre classes dominantes e escravos rurais, a contradição principal girava em torno de classes sociais e não contradições entre ordens policlassistas: ordem geral dos senhores de escravos (proprietários fundiários, traficantes, rentistas urbanos, etc.) e, de outro lado, a ordem geral dos escravos (urbanos, domésticos rurais, de ganho, etc.). A classe dos escravos rurais, majoritária dentro da ordem policlassista dos escravos, sonhava com o fim do trabalho forçado. Os fazendeiros escravistas detentores da maioria absoluta dos escravos defendiam a manutenção do trabalho escravo.

³⁹ FINLEY, op. cit., p. 84.

Seria desta multiplicidade de situações que a sociedade brasileira se formaria. Formação esta que não se daria exclusivamente de forma pacífica mas sim, com disputa política e até mesmo armada pela defesa de interesses também diversos.

2.2.1 - A ORDEM INFERIOR: OS ESCRAVOS NEGROS, MÃO-DE-OBRA FUNDAMENTAL NA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO

A base do sistema colonial era o escravismo. Sem ele não havia relações econômicas, pois a produção agrária para a exportação e todas as atividades, em especial as manuais, eram realizadas pelo escravo negro. Foi com base nas relações escravistas que toda a sociedade foi moldada.

Mesmo com a independência do país os negros africanos não deixaram de ser escravizados. Segundo Gorender:

“a conquista da economia política não suprimiu o escravismo e este permaneceu tão colonial quanto o era ao tempo da subordinação estatal à metrópole portuguesa. Precisamente o Brasil imperial proporcionou o exemplo de um Estado independente com um modo de produção escravista colonial.”⁴⁰

Como apresentado anteriormente a vida social e política passava pela relação jurídica de ser homem livre ou escravo. Em relação a este último, segundo Ferlini, criou-se “uma nova categoria de trabalhadores, alienados de tudo: dos meios de produção, de suas origens, de sua liberdade. O processo de produção, o destino do produto, o próprio sentido da atividade produtiva escapavam ao produtor direto.”⁴¹ Os negros estavam totalmente excluídos da vida da cidade. Não podiam alugar casas ou

⁴⁰ GORENDER, J. op. cit... p. 170.

⁴¹ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *A civilização do açúcar – séculos XVI a XVIII*, SP, Brasiliense, 1994, p. 59.

quartos, tinham horários certos para permanecer nas ruas em grupos e nenhum dos direitos assegurados aos homens livres da ordem superior lhes era garantido.

Apontamos anteriormente duas das modalidades do trabalho escravo, rural e urbano. Na escravidão urbana existiram escravos em todos os ofícios. Eram serralheiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, construtores de móveis, joalheiros, pintores, entre tantos outros. Mas havia aí uma certa competição pelo mercado de trabalho. Algumas funções eram exercidas tanto por libertos e brancos pobres como por escravos. No Rio de Janeiro, eram carpinteiros, pedreiros, marceneiros, ferreiros, entre outros.

Um bom exemplo do uso dos escravos na cidade são os escravos de ganho. O escravo alugava seu serviço, mas o lucro ganho pertencia a seu senhor ficando para si uma pequena parcela do total. Este tipo de escravo era utilizado até mesmo por famílias pobres que viam nesta modalidade uma maneira de melhorar sua renda.

Gilberto Freyre encontrou uma hierarquia no sistema escravocrata, sendo os escravos domésticos “a parte aristocrática”. Havia entre eles distinções auferidas pelo status. Um negro que jogava os dejetos da casa nas praias possuía menor importância social que um negro de serviço pessoal. Alguns eram educados para acompanhar seus senhores, mas não estavam isentos de sofrer com os mesmos preconceitos que vitimavam os demais escravos que viviam num sistema de subordinação mais rígido.

Na medida em que entendemos a existência de uma complexidade social no lugar da oposição simples senhor-escravo, também entre os escravos torna-se visível a diversidade de funções e conseqüentemente de categorias. Havia trabalhadores em todos os setores urbanos: escravos de recado, lavadeiras, transportadores de coisas e pessoas, cozinheiras, sapateiros, tecelões, pedreiros, carpinteiros, costureiras, barbeiros, quitandeiras ambulantes, trabalhadores em obras públicas. Além de todos estes, um

achado interessante é o negro aprendiz que chegava a receber até salários próximos ao do trabalhador livre.⁴²

Mas a utilização maior dos escravos era realizada nas fazendas. Serviam como mão-de-obra para os engenhos, trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar e na produção de itens agrícolas para exportação e para o consumo interno. Sendo neste momento o Brasil um país basicamente exportador iniciando o desenvolvimento das cidades e de suas atividades comerciais locais, a maior utilização do escravo estava localizada no campo.

Foi através do campo que a economia brasileira se destacou internacionalmente. Nele também a historiografia sobre a escravidão na América Latina apontou brechas concedidas por alguns senhores para que seus cativos cultivassem em um ou dois dias livres uma lavoura para sua subsistência. Sua produção podia ser vendida e alguns conseguiam comprar sua alforria com a soma dos seus resultados.

Mas o estudo da força de trabalho naquele momento não se esgota observando apenas a presença escrava. É sabido que era forte o caráter racista naquele momento. Os negros quando libertos viviam em condições piores que em sua antiga condição. Somados aos mestiços, aos trabalhadores assalariados, homens livres e excluídos se articulavam à característica principal da colonização e faziam funcionar todo o sistema.

O crescimento da vida social e comercial interna fez nascer novas necessidades, classes e ordens para complementar a organização do Estado em formação, o que veremos adiante.

⁴² LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: senhores e escravos na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*, RJ, Paz e Terra, 1988, p. 187.

2.2.2- A ORDEM SUPERIOR DOS HOMENS LIVRES E SUAS CLASSES

Da forma como foi organizada, a economia nacional concentrava-se a renda entre senhores de escravos que também eram senhores de terra. Era uma dupla relação de poder uma vez que a posse da terra garantia também o poder político. De acordo com o número de posses os indivíduos poderiam concorrer a cargos eletivos, receber cargos administrativos, entre outros benefícios.

Nosso maior interesse se situa nas classes secundárias, lavradores, comerciantes, pequenos e médios proprietários de terra que, entendemos, estavam num processo de desenvolvimento a partir de 1831 e influenciaram nos acontecimentos políticos que agitaram o período regencial.

Nas primeiras décadas do século XIX, após a chegada da família real ao Brasil, houve um crescimento dos setores secundários e terciários. É o que observou Eisenberg ao descrever donos de engenhos, artesãos, artífices, fiandeiros tecelões, costureiras e trabalhadores especializados em couro, ferro, ouro, madeira, estanho e construção, como representantes das atividades secundárias.⁴³ Do setor terciário chegaram donos de pequenos armazéns, comerciantes de gado, cavalos e porcos, profissionais de área da saúde, dos setores judiciário e religioso, funcionários do governo, professores, tropeiros, diaristas e rentistas que se somaram aos mesmos que aqui já trabalhavam.

Estes setores que aqui se instalaram implementaram o início de uma transformação na vida social, política e econômica carioca. No Rio de Janeiro, por exemplo, a criação de biblioteca, banco, teatro, entre outros, fez da cidade o novo centro político da ex-metrópole. Uma característica importante deste período foi a articulação

⁴³ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*, Campinas, Edunicamp. 1989, p. 351.

do comércio interno. Com a presença da Corte cresceu a necessidade de suprir as vilas e o comércio local. No início em pequeno número os lavradores nacionais produziam para sua subsistência e vendiam o excedente. A estrutura econômica brasileira voltada para a exportação monocultora exigia, desta população, meios de suprir sua subsistência. As classes dominantes chegadas aqui com a vinda da família real não permitiram a participação política de classes brasileira, produtores e comerciantes que abasteciam o mercado interno. Foram obrigados a desenvolverem atividades paralelas aos portugueses, mas seguiram numa crescente expansão ao sentirem um campo em abertura passando mesmo a produzir em maior escala.

Este encaminhamento fez com que dois fatores opostos coexistissem. De um lado estava a grande produção para o mercado externo e, de outro, o cultivo de alimentos básicos para a população.⁴⁴ Ao longo do país e paralelo ao trabalho escravo surgiram “homens livres e expropriados” fora da circulação mercantil mas “dentro da estrutura social”.⁴⁵

A relação entre economia de subsistência e economia de exportação foi também tema de Stuart Schwartz que produziu um bom estudo sobre esta questão. Para ele “a agricultura de subsistência e a de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces a mesma moeda”.⁴⁶ Esta interpretação difere de outros pesquisadores que colocam a economia de subsistência como apenas marginal e complementar à uma economia principal, a exportadora.

No período do cultivo de cana as terras eram cultivadas por lavradores que arrendavam um pedaço da extensão do engenho e plantavam cana para abastece-lo. Era pago, ao senhor, uma porcentagem sobre o arrendamento da terra. Segundo Vera Ferlini

⁴⁴ FRANCO, Maria Silvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*, AP, Ática, 1974, p. 10.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 14.

os lavradores não eram camponeses⁴⁷. Eram proprietários de terra e escravos com importância econômica de acordo com o número de negros possuídos. Sua utilização se fazia de acordo com o tamanho da área cultivada. Outras vezes estavam dentro do próprio engenho em terras ganhas através de sesmarias cultivadas por negros que cuidavam da lavoura principal. Ser lavrador de cana era um meio de ganhar um lugar na sociedade colonial. Aos senhores de engenho era interessante a participação do lavrador, pois, eles ficavam responsáveis pelos encargos com os escravos.

Os lavradores ficavam submetidos aos senhores de engenho não possuindo os mesmos direitos. Ao mesmo tempo o senhor de engenho também dependia do lavrador já que era o fornecedor de cana aos engenhos. Os lavradores de cana eram formados pelas mais diversas camadas sociais desde grandes proprietários até roceiros que criavam uma relação de dependência com os proprietários das terras trabalhadas. O confronto entre ambos raramente ocorria por esta relação chegar a ponto de parecer natural. A questão presente nos setores ligados à utilização do trabalho escravo ou trabalhadores independentes, era a expectativa em se inserir cada vez mais da agricultura comercial⁴⁸.

A relação entre senhores de engenho e uma outra classe, os lavradores de cana, é um bom exemplo de que a sociedade colonial possuía uma constituição muito mais complexa do que muitas vezes nos é apresentado. Mostra-nos também que não havia apenas os grandes proprietários de terra. Um outro ramo da economia possibilitava a ascensão social entre as demais camadas da sociedade açucareira e não somente o senhor de engenho como o grande empreendedor desta sociedade. Mas havia ainda no campo, além destes, os agregados que viviam em situações mais delicadas sem acesso

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, SP, Edusc, 2001, p. 125.

⁴⁷ FERLINI. Vera L. op. cit... p. 32-33.

⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart. op. cit., p. 126.

permanente à terra, sendo obrigados a medidas extremas uma vez que “ao negar a condição humana do dependente, este volta-se contra seu agressor.”⁴⁹ A mercantilização das terras expulsava posseiros, índios, pequenos arrendatários que acabavam se inserindo em outras propriedades sem direitos assegurados, dando continuidade ao regime de dependência e subordinação imposto. Todos estes formavam um contingente de indivíduos ansiosos por suas realizações materiais e cresceram paralelos ao escravismo.

Uma autora que nos fornece dados para compreendermos melhor a existência de camadas intermediárias na formação da sociedade brasileira entre os séculos XVII e XIX é Silvia Lara ao fazer uma crítica às leituras que dualizam como estáticas as posições de escravos e senhores de escravos. Ela apresenta dados demonstrando que entre ambos existiam setores intermediários que oscilavam entre um ou outro.

Observação do dia-a-dia do sistema escravista, permite ver que:

“... mais que encerrar esses homens e mulheres em categorias rígidas e estáticas devemos ter em mente que seus lugares sociais estavam definidos pelas relações de dominação e exploração que mantinham entre si, nas práticas e confronto cotidianos, e não apenas por aspectos formais como o título de propriedade ou a identificação aparente de sua condição social (...) as designações de “negro”, “cabra”, “pardo” e até mesmo ‘crioulo’, embora não digam nada a respeito da condição social das pessoas assim nomeadas, mas sim de sua origem ou cor da pele, indicam a existência de outros níveis de diferenciação social que, para aqueles homens e mulheres coloniais não eram subsumidos pelas distinções entre livres, forros e escravos.”⁵⁰

Nas grandes propriedades existiam, por exemplo, os feitores e agregados. Os primeiros regulavam o trabalho dos escravos e aplicavam-lhes os castigos.

⁴⁹ FRANCO, op. cit., p. 101.

⁵⁰ LARA, Silvia H. op. cit., p. 347; 350.

Intermediários entre senhores e escravos muitas vezes eram mestiços ou negros libertos que estabeleciam uma “relação pessoal e dependente do senhor”.⁵¹

Nesta relação de dependência encontravam-se trabalhadores assalariados e escravos. É possível abrir aqui questionamento do que era ser trabalhador assalariado neste momento de formação da sociedade brasileira. Mas para isto, é preciso, antes de tudo, ter claro que o fator determinante de todas as relações de produção era permeado pelo trabalho escravo. Era esta forma de trabalho realmente importante no sistema colonial mesmo pós-independência. Sendo o trabalho braçal considerado próprio para os negros e ultrajante aos brancos, poucos foram os momentos em que o trabalho livre assalariado foi utilizado. Quando tal ocorria eram trabalhos técnicos dos quais os negros não possuíam conhecimento.

Silvia Lara, ao tomar contato com inquéritos da época, pôde chegar à conclusão de que agregados, feitores e lavradores situados à volta das grandes fazendas e engenhos se organizavam-se como camada distinta, cujos membros mantinham relações bastante próximas entre si e cujas atividades produtivas estavam ligadas às grandes propriedades⁵². Os agregados, com seus ganhos acabavam cultivando e produzindo algo. Passavam assim a também ser proprietários ainda que de pequeno porte. Da mesma forma se inseriam os agregados, homens livres, brancos pobres e pardos, num regime de dependência e subordinação em relação ao grande proprietário.

Importante questionar qual o papel destes setores intermediários para o desenvolvimento da economia e da política nacional. De acordo com Peter Eisenberg o que emperrou o crescimento do mercado “não foi o plantel de escravos mas a população rural livre, que representou não menos que 60% da população global durante o século(...) sem propriedade legal mas tinham acesso aos meios de sua manutenção,

⁵¹ Ibid., p. 174.

⁵² Ibid., p. 178.

raramente comprava mercadorias.”⁵³ Notamos que a população intermediária formada em grande número por homens livres, pequenos proprietários, lavradores, agregados, foreiros, entre outros, até determinado momento não contribuiu, de acordo com Eisenberg, para o crescimento econômico interno. Viviam de sua subsistência.

Se observarmos como os elementos nacionais conseguiram a ascensão social, política e econômica chegaremos ao tropeiro. Setor puramente nacional era responsável pelo abastecimento interno além de ligar as diversas regiões do território nacional. Principalmente na região sudeste entre Minas Gerais e Rio de Janeiro os tropeiros tiveram um papel especial. À sua função de abastecedor, aos poucos, foi se somando um cunho político ao representar seus semelhantes no poder. Foram ocupando um espaço no qual predominavam os portugueses. O ano de 1831, data da abdicação de Pedro I, marcou esta ascensão: “o abalo do poder concentrado do Estado imperial, abriu espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária, que passou a ser co-responsável pela administração regencial(...) compuseram um grupo relativamente coeso, mas sem aprofundamento partidário designado genericamente de liberais moderados.”⁵⁴ Com a volta do imperador a Portugal muitos comerciantes portugueses também retornaram para a Europa abrindo oportunidades para os brasileiros.

É interessante a interpretação de Franco que denomina de “serviços residuais” aquelas atividades que não se faziam através do trabalho escravo ou por alguma ação das classes dominantes. As principais figuras foram os tropeiros e vendeiros que transportavam gado, alimentos e demais utensílios por toda parte do Brasil. Por onde passavam abriam um leque de possibilidades de expansão para a população local. Pousadas, estalagens, campo para os animais e vendas são exemplos das aberturas econômicas que o tráfego do comércio interno gerava pelo interior do país. Vendeiros e

⁵³ EISENBER, Peter. op. cit... p. 203.

⁵⁴ LENHARO, Alcir. op. cit... p. 102.

tropeiros tinham por meta o enriquecimento, chave para a ascensão social: “seu comportamento reúne características tanto dos extratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade.”⁵⁵

Ao assumir um papel de destaque, os tropeiros possibilitaram o aumento do comércio para os vendeiros e a distribuição dos produtos colhidos pelos sitiantes. Em contrapartida eles retribuía com a filiação política. Mas esta proximidade diminuía o nível de consciência política destes setores. Segundo Franco, a submissão a esse poder molda a consciência para uma percepção muito parcelada da realidade social e só permite que ela seja aprendida com significados sempre redutíveis aos atributos de um sujeito dado.”⁵⁶

Lenharo identificou também padres como um dos elementos que conquistou poderes políticos e econômicos em todas as regiões do território. Já com um histórico de participação na vida social com as missões, os religiosos “tinham formação intelectual privilegiada em relação ao conjunto dos demais proprietários(...) ganhavam prestígio e reconhecimento que lhes abriam as portas da carreira política.”⁵⁷ Em Minas Gerais padres eram referência para a população da região. No Pará, sua origem vem dos jesuítas que foram responsáveis pela cristianização dos índios e pela economia local. Mas, em ambos os casos, percebe-se o poder político como continuação do poder econômico. O regente e padre, Diogo Feijó, é o maior exemplo da representação do interior de uma camada nacional e do setor religioso na vida política.

Foi com este quadro complexo com diversas classes buscando espaço político e econômico que vários movimentos reivindicativos aconteceram no primeiro reinado.

⁵⁵ FRANCO, Maria S. op. cit., p. 77.

⁵⁶ Ibid., p. 83.

⁵⁷ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 100.

Acreditamos que a maneira como a formação estrutural foi sendo processada contribuiu, ao lado da disseminação de idéias revolucionárias, para que a explosão ocorresse. Foram amplas as reivindicações e os setores envolvidos. Em particular a Cabanagem, o movimento aqui estudado, também contém tais determinações.

Vemos assim que no interior da ordem superior dos homens livres há várias classes e camadas sociais, com patrimônio, riqueza e influência política muito desigualmente distribuídas.

CAPÍTULO – 3

CABANAGEM E CRISE REVOLUCIONÁRIA

Aproveitamos este momento para nos posicionarmos sobre as análises da Cabanagem e qual nossa hipótese de trabalho. Esta pesquisa, mesmo se aproximando da história, tem como linha analítica a teoria política. Para classificá-la como tal, entendemos que algumas das características estudadas por Lênin podem ser utilizadas para o estudo do movimento cabano. O processo de crise política e situação revolucionária formulados pelo autor ao discutir o movimento socialista mundial, nos permite esta linha de pensamento.

Os conceitos de crise política e situação revolucionária foram desenvolvidos por Lênin em *A Falência da II Internacional*.⁵⁸ Neste, Lênin diz o que vêm a ser estes dois conceitos. Trata-se de um momento histórico-político no qual as classes populares têm a possibilidade de obter o controle do poder político através de uma revolução partindo de uma crise nas elites dirigentes.

Assim, é possível pensar que a Cabanagem foi um movimento político propiciado por disputas internas dos setores dominantes da província. Aproveitando-se de um momento de crise da direção da província, uma camada da população que até então estava fora da vida política, passou a se organizar em torno de idéias revolucionárias e preparou um ataque àqueles que os oprimiam.

Segundo a formação leninista são necessários para ocorrer um processo de crise três fatores essenciais.

O primeiro é uma cisão entre as classes dominantes. As disputas internas concedem brechas para que as classes excluídas cheguem ao poder. O momento de crise política ocorre quando as classes dirigentes não conseguem manter seu poder de direção “a impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada(...) cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho.”⁵⁹ Portanto, a situação de crise dependeria do esfacelamento da classe política dominante.

Soma-se à cisão da elite dominante o agravamento das condições econômicas das camadas mais baixas e a capacidade de organização das massas rumo ao seu objetivo. Para Lênin o fator econômico exerce um papel importante para o processo de crise. É através dele que a população se dará conta da sua situação na estrutura social e das contradições que existem na sociedade a qual pertencem.

Complementando os dois elementos acima está o fator subjetivo; a capacidade que a classe revolucionária possui de organizar as ações táticas das massas. O fator subjetivo terá importância para o desenvolver das condições objetivas uma vez que dele dependerá o avanço ou retrocesso da situação revolucionária e as ações a serem tomadas. Torna-se, portanto, essencial para haver um verdadeiro movimento revolucionário. Mesmo no caso de uma situação na qual as classes dirigentes não mais se afirmem no poder, isto devido a disputas e crises internas, nada ocorrerá se não houver um movimento coeso, com ações claras contra ela. De acordo com o próprio Lênin, para a revolução explodir “não basta que a base não queira mais, mas é necessário ainda que a cúpula não o possa mais.”⁶⁰

⁵⁸ LÊNIN, V. *A falência da II Internacional*, SP, Kairos Editora, 1979.

⁵⁹ *ibid.*, p. 27.

⁶⁰ *Id.*, p. 27.

Trabalhamos numa perspectiva de análise que se aproxima ao conceitual de crise política, proposto por Renato Guimarães, num texto produzido no final dos anos 70. Em “Cabanagem - a revolução do Brasil” o autor classifica o movimento como “uma ação revolucionária do povo trabalhador do Pará.”⁶¹ Será, portanto, este o norte para o desenvolvimento do estudo aqui realizado. Identificamos como pontos característicos, a abertura para a introdução das classes trabalhadoras, as manifestações de inconformismo e a luta pela democracia e emancipação nacional. Marcante também no texto referido é a observação de uma divisão no interior das classes dominantes o que caracterizaria um dos momentos necessários para a ocorrência de uma crise política.

“uma contínua ascensão das massas de caboclos, índios e escravos, que constituíam a força de trabalho, à evidência em cena e ao comando das ações. O segundo momento, no mesmo ritmo, mas em sentido oposto, a expulsão ou defecção dos elementos de classe dominante e de pequena burguesia que inicialmente participaram da rebelião. No jogo dessas duas correntes inversas jogou-se a sorte dos cabanos.”⁶²

Mas, um ponto pouco desenvolvido e fundamental para uma análise profunda sobre a Cabanagem, é a definição estrutural do que ele denomina “povo trabalhador do Pará”. Defini-los apenas como caboclos, índios e escravos não é o suficiente para compreendermos o movimento. Ao identificarmos qual a função exercida por tais elementos dentro do movimento, nos remetemos a outras discussões e caracterização dos fatos ocorridos.

Conceitos políticos clássicos podem ser aplicados a movimentos históricos como a Cabanagem. Esse foi um movimento expressivo reflexo de um momento de crise governamental na tentativa de consolidação do Estado Brasileiro pós-independência

⁶¹ GUIMARÃES, Renato. “Cabanagem – a revolução do Brasil”, In: *Coleção Temas de Ciências Humanas*, vol. 4, SP, 1978 p. 93- 130.

⁶² *ibid.*, p 110.

com um conteúdo ideológico originário nas idéias revolucionárias americanas e européias.

De maneira fragmentada esse processo pôde ser observado no levantamento bibliográfico. A partir dele temos, em hipótese, a Cabanagem como um movimento de classes, formulado ideologicamente por elementos saídos de uma classe média que difundiram ideais das Revoluções Francesa e Americana entre a população mais simples. Esta, por sua vez, se aproveitou de uma brecha deixada pela classe dominante e partiu para a tomada do poder. O movimento cresce num processo de crise política, como o exemplo encontrado em Lênin e introduzido por Renato Guimarães. Acreditamos nisto por termos como base todo o período antecedente a 1835, ano em que ocorreu a Cabanagem. Desde a aceitação da Independência (1823) até 1835, a província foi marcada por uma constante disputa entre portugueses e brasileiros que se sentiam no direito de reivindicar novas posições na estrutura social da região. Mesmo com a independência, os portugueses permaneceram na condução política e econômica.

Tais elementos nos levam a crer que a luta entre as classes já citadas acima, chegou a tal ponto que surgiu a oportunidade de novos indivíduos participarem da vida política provincial. Um momento de cisão entre as elites dominantes abriu caminho para que a classe média e elementos de camadas mais baixas da população crescessem politicamente. Contando com um forte aparato ideológico vindo da Revolução Francesa, Revolução Americana e Revolução Guiana, passaram por um processo de formação política que contribuiu para sua organização e influência política na região.

Nosso objetivo é através desta pesquisa produzir um novo tipo de interpretação da Cabanagem no qual a luta de classes, os conflitos entre ordens e o conflito étnico sejam pensados como elos de uma mesma cadeia.

As interpretações sobre a Cabanagem, em geral, nos localizam diante diversos pontos que, de uma maneira ou outra, estarão presentes na perspectiva aqui proposta. A discussão apresentada por Raiol, que imaginava ser o movimento como um motim sem propósito, uma simples desobediência das ordens do governo central, certamente será refutada. Isto porque as próprias análises posteriores no levantamento de Raiol dão conta do seu posicionamento político e dos equívocos cometidos por ele. A Cabanagem foi um movimento importante como pensou Caio Prado e, como tal, deve ter um lugar de destaque dentro da história e da política brasileira.

Apesar de entendermos ter sido a Cabanagem um movimento de classes, esteve presente também um certo aspecto étnico especialmente por parte dos índios e brancos. Todavia, cremos que a Cabanagem não foi algo isolado por estar inserida em um movimento num momento político nacional determinado, de reconhecimento da autonomia brasileira frente a dominação portuguesa.

Segundo Pasquale di Paolo, a Cabanagem foi um movimento que teve como principal alvo a organização de uma sociedade democrática, baseada na cidadania e na participação de toda a população. Não discordamos deste ponto de vista, no entanto, somamos a esta busca a existência de classes sociais que tentavam instituir direitos, deveres, espaço na política, economia e, por parte dos negros e índios, seu retorno à condição de homens livres capazes de produzir, opinar, serem reconhecidos como agentes e não meros instrumentos de trabalho da sociedade. Somente este aspecto, nos habilita a falar em luta de classes, fato que Paolo em sua discussão não acredita existir na sociedade estudada.

Ao pensarmos em trabalhar a idéia de que os cabanos lutavam pelo seu reconhecimento enquanto cidadãos e pela conquista da democracia, logo pensaremos

que viviam em uma sociedade de classes. Pensar em cidadania pressupõe a luta de classes e ordens, bem como diferentes interesses.

As classes sociais são definidas economicamente, ou seja, de acordo com o lugar ocupado na produção. É daí que se formarão as relações sociais e econômicas da sociedade. O trabalho de um pode ser apropriado por pessoas que são proprietários mas não são trabalhadores, por exemplo. De modo simples já se apresenta acima uma das características do modo de produção capitalistas, a oposição entre as classes. Nas sociedades pré-capitalistas isto era feito com uma hierarquização em ordens dos elementos que participavam do processo produtivo.

A luta de classes vista na análise de Ítala, por exemplo, nos concede incentivos à continuidade deste trabalho. Mas acredito ser necessário ir além e complementarmos as informações com detalhes que nos permitam apontar para qual o caráter deste movimento. A afirmação de Ítala, na qual os elementos a serem quebrados eram a submissão comercial, civil, política e social vividos pelos cabanos, deve ser aprofundada, encontrando quais foram, dentro da estrutura social paraense, os indivíduos participantes, quais seus interesses entre outros pontos.

No final da argumentação da autora aparece claramente o que ficou subentendido nas passagens anteriores do livro. A questão da luta de classes poderia ser melhor aprofundada conferindo um caráter político-conceitual maior à análise pretendida.

Em Salles, vemos a apresentação de diversos pontos que contribuíram para esse momento de explosão das massas, como se refere o autor. No entanto, não se centra numa análise estrutural para definir quem é quem na estrutura social da época e conseqüentemente, dentro do movimento cabano. Há uma superficialidade ao dizer que são índios, negros e caboclos.

Ao pensarmos no esquema de interpretação de crise política e revolução proposto por Lênin, encontramos a luta interna entre as classes dominantes, a pauperização das classes populares e ascensão política das mesmas. Tais pontos são encontrados implicitamente na análise proposta por Vicente Salles. A questão do crescimento político das classes populares é um fator intensamente relatado.

Procuraremos trabalhar com a idéia de que existiu um conflito de classes no movimento cabano. Isto porque, aceitamos as leituras de Décio Saes e Jacob Gorender, nas quais a questão se coloca mesmo no sistema escravista brasileiro. A partir destes pontos, que serão posteriormente melhor desenvolvidos, pensamos num processo de luta de classes no momento de eclosão da Cabanagem que, com a presença de condições específicas, permitiu o crescimento de camadas até então excluídas, a assumirem papéis decisivos para a vida política da província do Pará.

A chegada até esta formulação apenas pode ser feita se pensarmos num momento de tráfego de idéias revolucionárias, conceito contido em Salles, num desenho político nacional específico, que propiciaram a crise da elite dirigente e permitiu à classe média e à população excluída do Grão-Pará, a tentativa de ruptura com a ordem instituída e concretizar assim, a emancipação brasileira iniciada em 1822.

3.1 - O PROCESSO DE CRISE POLÍTICA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

Para compreendermos o processo de crise antecedente à Cabanagem, precisamos identificar dois fatores fundamentais segundo a teoria proposta por Lênin: tratam-se da abertura possibilitada pela disputa entre as elites dominantes e a pauperização econômica.

Mas tais pontos não podem estar deslocados da estruturação do Estado como um todo. O reflexo de como se organizou a vida política nacional, a formação de uma

economia de exportação em detrimento do crescimento de um mercado interno, fizeram com que uma determinada estrutura jurídico-política condicionasse o desenvolvimento do território como um todo.

Para identificarmos tais pontos, utilizaremos o desenvolvimento político da província do Grão-Pará e os períodos em que é possível observar os altos e baixos das elites dominantes além do percurso transcorrido pelas forças trabalhadoras até chegarem ao poder.

Desde o início do século XIX, as forças políticas da província iniciaram um processo de crítica ao modelo político e econômico vigente. O responsável pelo início da agitação política foi Felipe Patroni, estudante de direito em Coimbra e adepto da Revolução do Porto. Era filho de proprietários de terra e, apesar de um pensamento político ambíguo, defendia a união das raças e a igualdade de direitos. Pregava a participação dos escravos na vida política e a instituir seus direitos como homens livres. Junto com outros partidários, Patroni entendia serem necessárias reformas que conduzissem o país à novas ações políticas. Com base na Revolução do Porto em 1821, difundiu pensamentos de liberdade econômica e política para todas as camadas da população. Iniciada a Cabanagem, tais idéias ainda estariam presentes nos discursos cabanos.

A partir deste momento, os problemas da vida política e social do Grão-Pará, passaram a ser conturbados, colocando em destaque o controle pelo poder econômico e político. Um momento importante na vida política foi a luta pela aceitação da independência que na região só ocorreu em de agosto de 1823, um ano após a proclamação feita por D. Pedro. A resistência imposta pelos portugueses da província demonstrava a intensidade de sua força na vida local.

Daí então, os sucessivos presidentes que assumiram a presidência da Província foram alvos da discórdia de seus opositores por agirem de maneira opressiva contra a população local. O quadro político daquele momento pode ser ratificado pelas palavras de Reis, segundo as quais:

“A ordem pública esteve alterada, tanto em Belém, como no interior. Em Belém, porque o elemento reinol, isto é, português, não se retirava das coisas públicas, forçando uma presença considerada extemporânea, nos quadros da administração. Os portugueses representavam o poder econômico. Eram eles os comerciantes, os proprietários rurais, os latifundiários, diríamos hoje, dispondo, assim, de recursos em dinheiro essenciais na partida que se estava a jogar. A própria tropa, de certo modo, ainda mantinha, em seus quadros muita gente ligada a Portugal ou lá nascida.”⁶³

Neste processo de luta, surgiu um dos principais líderes políticos da província e responsável pela preparação da Cabanagem. Foi ele o cônego Batista Campos que levou a população às ruas, tanto na cidade como no interior, desde o início dos anos 20 até meses antes da deflagração do movimento.

No Pará pós-independência as forças políticas paraenses se dividiram e marcaram o ritmo da vida local. Em oposição estavam Filantrópicos e Caramurus. O grupo Filantrópico, a principal força de oposição, era formado por, segundo diferentes opiniões, “patriotas, liberais, exaltados, anarquistas” e representava interesses de intelectuais, religiosos, classes médias e classes pobres. Por outro lado a corrente formada pela elite dominante, portugueses e filoportugueses, oficiais militares, setores conservadores do clero e da burguesia aristocrática recebeu o nome de Caramuru.

Batista Campos era articulador do Partido Filantrópico contrário a volta de Pedro I e detentor de um propósito progressista. O cônego, com cunho patriótico, exercia grande poder sobre as massas e por décadas esteve a frente das reivindicações políticas.

⁶³REIS, A. C. In: “Unidade e dispersão” , HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, p. 81.

Usava um discurso claro que era compreendido por todos, facilitando a transmissão de idéias revolucionárias. Sucessor de Felipe Patroni, se dizia preocupado com a integração social e com a política da população local.

Ao mesmo tempo responderam os portugueses formando o Partido Caramuru defensor da volta de D. Pedro ao trono. Dele faziam parte a elite dominante, portugueses e filoportugueses, oficiais militares, setores conservadores do clero e da burguesia aristocrática. Possuidores de privilégios políticos monopolizavam o uso da terra, o comércio e a administração. Os dois partidos⁶⁴ eram extensões das correntes que disputavam o poder em âmbito nacional. Os nativistas, principalmente, cresceram após a abdicação do imperador.

O processo de crise é visto quando acompanhamos as disputas entre Filantrópicos e Caramurus. Apesar da alternância do poder, a maior parte do tempo os Caramurus estiveram dirigindo a administração provincial. O embate entre ambos ficou explícito nos governos de José de Araújo Roso, José Felix Pereira dos Burgos e Machado de Oliveira.

José de Araújo Roso era natural da província, sendo o primeiro paraense a ter o poder político em maio de 1824, após indicação da Corte imperial. Expressiva era a expectativa em seu governo em torno do restabelecimento da ordem na região. No entanto, em sua administração foi marcante a propagação de idéias republicanas além da tentativa de adesão a Confederação do Equador. Para conter o movimento, Roso deportou e prendeu alguns indivíduos importantes como Batista Campos para evitar que a situação tomasse maior vulto. Outra medida foi o uso de jornais dirigidos por moderados para tentar controlar a opinião pública.

⁶⁴ É importante salientar que esses partidos não tinham o mesmo tipo de organização e funcionamento que terão os partidos políticos, muito mais estruturados, surgidos no século XX.

A trégua, todavia, foi curta. Batista Campos retornou à província munido de jornais e panfletos trazidos das províncias “republicanas” e reiniciou suas falas junto à população. O cônego, por sua exposição, foi preso, mas seu trabalho teve continuidade com soldados que se aquartelavam e pretendiam organizar novas rebeliões. Nesta ocasião a repressão fez como alvo estes oficiais que foram presos ou enviados ao Maranhão.

Em 1831, ano da abdicação do imperador, governava a província, desde 14 de julho de 1830, José Félix Pereira dos Burgos. Seu governo também foi alvo da disputa entre reinóis e nativistas. Burgos era acusado pelos Filantrópicos de planejar um golpe conservador e reconduzir a província à condição de subordinada a Portugal. Diante da ameaça, organizaram os exaltados, um movimento para depor o presidente e o comandante das armas, Brigadeiro Soares de Andréa. Depostas as autoridades legais do governo, assumiram Batista Campos e o coronel Marinho Falcão.⁶⁵

No início da década de 1830 um outro governo foi organizado tendo a sua frente Machado de Oliveira. Ele acreditava ser o Pará, “a região ideal para nela criar-se uma vida intensa e útil ao Império.”⁶⁶

Em sete de agosto de 1831, uma tentativa de golpe preparada pelo comandante das armas do próprio governo, depôs e prendeu o presidente Machado de Oliveira e o primeiro vice-presidente Batista Campos. O medo de uma deflagração numa direção progressista fez com que o grupo de conservadores que implementou o golpe não permitisse a ascensão do vice-presidente. Esta proibição gerou uma grande comoção

⁶⁵ *ibid.*, p. 101.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 108.

popular no interior da região, dando um primeiro exemplo da exaustão a que estava chegando a população.

Nomeado o novo presidente, o Partido Filantrópico preparou uma estratégia para que Machado permanecesse no poder e todas as vilas e cidades manifestaram-se a favor de sua continuidade. Em contrapartida, o Partido Caramuru organizou secretamente um levante armado. Ao saber do pretendido, Machado de Oliveira enviou um grupo de soldados da Guarda Municipal que, após dias de luta, derrotou os portugueses.

Mas a proximidade entre Machado de Oliveira e Batista Campos não duraria muito tempo. Disputas políticas levou o presidente a liderar uma campanha contra Batista Campos que acabou ficando desacreditado junto a grande parte da população urbana. O contrário era verificado no interior, onde a população tinha Batista Campos como seu líder mesmo com as investidas para destruir sua imagem. Entre esta camada, predominava a idéia de que a resposta a todos os problemas era a luta armada. No entanto, não era este o caminho que Batista Campos desejava implementar. Sua luta maior foi contra os portugueses que o consideravam um traidor.

Mesmo com intensa oposição para que seu lugar fosse ocupado por outra pessoa, Machado de Oliveira permaneceu no cargo até 2 de dezembro de 1833 quando assumiu o novo presidente indicado da regência, Lobo de Sousa. Experiente por já ter governado outras províncias era visto como “violento, intratável, incapaz portanto de qualquer atuação visando à paz coletiva em meio tão trabalhado pela paixão partidária e pelas distâncias sociais e econômicas.”⁶⁷

A presença de Lobo de Sousa no poder foi crucial para o eclodir da Cabanagem. Com uma administração conservadora, o presidente colocou contra si e seus adeptos,

⁶⁷ REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese da História do Pará*, Belém, 1942, p.110.

toda uma população até então explorada por políticas semelhantes. Durante seu governo, diversas foram as contestações contra sua presença no governo.

Batista assumira um jornal, *O Publicador Amazonense*, que foi fundado por Felipe Patroni. Escolheu para a direção o jornalista Vicente Ferreira de Lavor Papagaio. Natural do Ceará, possuía uma linguagem atrevida e suntuosa, segundo Domingos Raiol, conseguindo incendiar a população através de seus pasquins. As fontes bibliográficas dão conta que panfletos críticos eram difundidos nas residências e comércios, além de serem lidos para o povo. Os jornalistas começaram a fazer um trabalho de boca a boca com a população, relatando os desmandos, a importância da deposição de Lobo de Sousa e da implementação de um novo modelo político no poder. O jornalista acusava Lobo de Sousa de não ter vínculos diretos com a província e, por isso, não poderia continuar governando como presidente.

O rumo cada vez mais incerto da vida política da província teve novo direcionamento quando uma força armada, elaborada por Batista Campos e outros personagens da vida paraense, se organizou no interior. Enfrentaram setores dos grandes portugueses proprietários de terra e comerciantes abastados e posteriormente se dirigiram para os arredores da capital Belém na tentativa de depor o presidente e assumir o poder.

Perseguidos por Lobo de Sousa, Batista Campos, Papagaio e outros fugiram para a fazenda de Clemente Malcher no rio Acará. Ali faziam reuniões para se prepararem contra possíveis ataques do governo. Foi nesse momento que apareceu Eduardo Angelim e os irmãos Vinagre. Angelim, nascido em Aracati no Ceará, fora morar no Pará para fugir da seca. Raiol se referia a ele como homem de grande vivacidade intelectual, gênio ativo e empreendedor. Era lavrador nas terras de Malcher e simpatizante das idéias liberais. Aos dezoito anos se alistou ao exército e passou a

seguir Batista Campos. Junto com mais dois irmãos, passavam de casa em casa chamando o povo para as reuniões na fazenda de Malcher. Francisco Vinagre e seus irmãos eram moradores de um sítio vizinho.

Em 21 de outubro de 1834, uma tropa do governo foi à região. Já sabendo da vinda, o grupo de Batista Campos tomou de assalto as tropas e capturou alguns como reféns. Lobo de Sousa mandou mais um contingente para o rio Acará. Desta vez os revoltosos, sem munição, fugiram ainda mais para o interior.

No entanto, mesmo com a fuga, o exército conseguiu prender Malcher que foi levado para uma corvéia. Batista Campos passou a se esconder nas matas. Nas diversas localidades por onde passava atraía a população com seu discurso contra o governo. Este, por sua vez, usava de prisões, torturas, invasões em residências e infringia a liberdade individual dos moradores.

No final de 1834, um fato inesperado atingiu o movimento popular, a morte de Batista Campos. Mesmo isto e as prisões dos principais líderes, não apagaram o anseio da população ser livre da dominação conservadora portuguesa. Isto fica claro nas palavras de Renato Guimarães:

“Entre os índios, mestiços e negros que formavam a grande massa da população trabalhadora, esse ódio reavivava uma ira mais antiga, calada durante séculos mas não por isso esquecida, contra o colonizador português, cuja brutalidade era rememorada na tradição oral das aldeias e senzalas, e era reproduzida no cotidiano da exploração do trabalho escravo e semi-escravo das fazendas e outros centros de produção da época.(...)”⁶⁸

Foi com este sentimento que os cabanos prosseguiram em direção à revolução. A vida paraense, marcada por longa disputa política, teria seu ápice no movimento cabano. Apesar do que esperavam as forças conservadoras, os cabanos se organizaram de forma

⁶⁸GUIMARÃES, Renato. op. cit., p. 104.

objetiva e acertaram o alvo que representava a dominação lusitana no momento de sua explosão.

A morte do cônego abriu espaço para a chegada do poder pelos cabanos. Mesmo sem seu principal líder não desanimaram do seu objetivo. Juravam vingar-se dos responsáveis pela situação em que se encontravam.

3.2.- A ASCENSÃO DAS CLASSES POPULARES

Identificamos, portanto, um movimento de crise que leva ao movimento cabano iniciado nas primeiras décadas do século XIX quando vários momentos de disputa política são vistos. A presença constante de um grupo criticando e propondo ações contra os elementos dirigentes nos faz crer nesta formulação. Além disto, no início dos anos trinta, acirrou-se a contradição que culminou na morte do presidente legal.

Após um intenso movimento político na vida da região, durante a madrugada do dia 7 de janeiro de 1835, partiram os cabanos com destino ao palácio do governo em busca do presidente e do comandante das armas. Mataram Lobo de Sousa e outras autoridades e nomearam como presidente Felix Malcher, proprietário de terra e próximo aos cabanos. A partir de sua posse, podemos dizer que se iniciou o processo efetivo de impossibilidade das elites dirigentes se manterem no poder.

Ainda nos primeiros dias de governo do movimento cabano, vestígios da antiga ordem impediram a concretização da substituição política pretendida. É aqui que acreditamos estarem os elementos apresentados por Lênin de impossibilidade da classe dominante se manter no poder e se encontrar a abertura para que uma nova classe preencha o espaço em branco.

Para auxiliar nas tomadas de decisões do governo, foi criado o Conselho Cabano. Este primeiro foi formado logo após a deposição de Lobo de Sousa contando com a participação de civis, militares, religiosos e “pessoas gratas”.⁶⁹ Observa Paolo que neste capítulo inicial da Cabanagem e que poderia definir previamente a característica fundamental da Cabanagem, o que se teve foi a forte presença de pessoas que não participaram da tomada do poder. Eram sim, próximas às classes que anteriormente ali já estavam. Assinaram a ata de posse de Malcher como presidente da província, representantes conservadores do clero, militares, juizes e comerciantes. De representantes das cabanas vindos do interior, os mais arraigados e defensores do movimento, consta apenas a assinatura de Francisco Vinagre.

Este fato demonstra que faltava aos cabanos um quadro político e intelectual que conduzisse as ações na direção de seus objetivos.

Malcher recuou em suas ações progressistas e tentou agir em proveito próprio privilegiando a classe a qual pertencia. Havia entre Malcher e outros participantes da Cabanagem um fosso que os separava mesmo tendo uma vez atuado em conjunto. Via nas agitações populares uma constante ameaça à ordem pública. Reprimiu aqueles que o conduziram ao poder e tentou restabelecer uma administração lusitana e de grandes

⁶⁹ PAOLO, Pasquale. op. cit., p. 169.

comerciantes. Novamente, e desta vez num momento mais grave, a luta entre dominados e dominantes ficou em evidência. Malcher decretou a prisão de líderes populares, por entender que impediam o bom andamento da ordem ao insuflarem as massas. Não havia portanto, “possibilidade de homogeneização em nome da revolução.”⁷⁰

Aproveitando-se deste momento, Francisco Vinagre, popular entre as tropas e as menores classes da província que realmente possuíam o poder de decidir a situação, reagiu contra a posição de Malcher de permitir a entrada de tropas imperiais em Belém para conter os exaltados e contra a ordem de prisão de vários cabanos, inclusive ele próprio.

Vinagre, após focos de resistência contra as forças que tentaram prendê-lo, conseguiu detê-las tendo o apoio total do povo. Em 22 de fevereiro de 1835, foi aclamado pela população e pelas tropas militares como novo presidente e líder do movimento. O poder estava nas mãos das classes trabalhadoras formadas por negros escravos, mestiços, pequenos comerciantes e lavradores. Eram esses elementos que agora determinavam o desenrolar do processo. A deposição de Malcher e a ascensão do primeiro governo cabano deu início novamente à luta contra a dominação portuguesa.

Francisco Vinagre chegou ao poder em 21 de fevereiro de 1835 e nele permaneceu até 20 de junho do mesmo ano. Concedeu um tom mais próximo às massas que participavam do processo revolucionário delegando a elas a responsabilidade pelas pastas de comando. O Conselho Cabano contou com maior representatividade cabana. Nele estavam agora também foreiros, proprietários lavradores e chefes militares cabanos que participaram efetivamente do movimento. Além disso, as fortalezas e todo

⁷⁰Ibid., p. 173.

o comando militar foram substituídos, a partir de fevereiro de 1835, por homens de formação cabana. Homens como padre Casimiro Pereira de Sousa secretário do governo, Eduardo Angelim comandante das armas, Antônio Vinagre comandante do Forte do Castelo, o negro Pedro de Figueiredo no comando do Arsenal de Guerra entre outros, são alguns exemplos.

Entre suas ações:

- reintegrou os empregados demitidos no governo anterior;
- aumentou a força militar no Forte do Castelo;
- ordenou o negro Pedro Figueiredo como 2.º tenente do corpo de bombeiros;
- reorganizou o corpo de municipais permanentes criados em 1831;
- nomeou cabanos para o comando das forças militares;
- realizou pagamento de salários ao guardas municipais;

A partir de então os lavradores, foreiros, homens livres e todas as classes de negros escravos e índios, participantes dos movimentos políticos desde o início do século XIX, se sentiram representados. Na visão de Renato Guimarães “essa maior presença popular, contudo, fazia-se em seqüência a uma completa ruptura da classe dominante e da pequena burguesia com o movimento cabano.”⁷¹

Em certo discurso Vinagre afirmou: “Paraenses: - é preciso que a nossa conduta não se desenvolva por elucidações capciosas, para que não possa transtornar-se o fim da grande obra – a nossa liberdade.”⁷²

⁷¹ Ibid., p. 111.

⁷² Proclamação de Francisco Vinagre em 27 de fevereiro de 1835 publicada no Publicador Oficial Paraense, n.º 1, 28 de fevereiro de 1835. In: RAIOL, op. cit., p. 617.

Ele ressaltava a importância dos acontecimentos que se desenvolveram na província e exaltava a liberdade e a soberania conquistada pelos cabanos e das quais ele fora escolhido defensor.

Mas a principal fala de Vinagre, e na qual alguns historiadores se apoiam para defender o sentido e objetivos progressistas da Cabanagem, foi dirigida aos habitantes do Alto e Baixo Amazonas em 2 de março de 1835. Nela Vinagre afirma que os principais pontos da luta cabana eram:

- fim da subordinação aos dominantes portugueses;
- soberania popular
- fim da escravidão

“...Sua causa me pareceu justa: de todo me consagrei ao quanto as circunstâncias requeiram de mim na situação em que me puseram: restabelecer o império da lei, salvar as nossas instituições liberais e fazer impossível a volta do despotismo é meu dever sagrado.

Para bem preencher tão justos fins necessito obrar livremente e fazer respeitar aquela autoridade que tão solenemente em mim delegou a soberania popular.

O país do Amazonas, que nos é tão querido, será feliz e livre, e sob os auspícios da união e lealdade de seus naturais mostrará ao mundo, em todas as épocas, que não ama nem teme a escravidão e que só preza a paz com a liberdade.”⁷³

Observando com olhos mais atentos e seguindo a linha de análise de Ítala, a liberdade dentro do discurso das autoridades cabanas teria diversos significados dentro do movimento, sendo determinada pelo ponto de vista de classe: “para pequenos lavradores e pequenos comerciantes representaria o livre jogo das forças de mercado. Para os servos indígenas o direito de trabalhar onde lhes apossasse, sem o

⁷³ Ibid. p. 625.

recrutamento forçado para os serviços em obras públicas. Para os escravos africanos, a liberdade de suas pessoas, a abolição da escravidão.”⁷⁴

Mas a luta cabana ainda teria outros desdobramentos. Não demorou muito para que Vinagre também apresentasse sinais de incongruência em seu governo. Ao mesmo tempo em que incitava um sentimento revolucionário, pedindo que continuassem na defesa de uma consciência de serem soberanos e que iriam chegar a seus objetivos, também pedia a submissão às leis e ao governo central representante da política contra a qual os cabanos lutavam. Defendia a consciência da soberania popular, mas não havia um suporte intelectual e político que o orientasse. Centralizava o poder revolucionário e usava da força como medida defensiva e controle dos excessos do povo.

Um fato que comprova o despreparo das lideranças cabanas foi a realização das assembléias provinciais determinadas pelo governo central para 7 de abril de 1835. O governo cabano não sabendo como se posicionar diante de uma eleição proposta pelo governo imperial ao qual era contrário, acaba por aceitar sua realização e respeitar seu resultado. Dos 28 eleitos para a Assembléia, 11 eram padres sendo que dois eram próximos aos cabanos e amigos de Batista Campos e ficaram em segundo e terceiro lugares. O padre Jerônimo Roberto da Costa Pimentel com 117 votos e Padre Tomas Nogueira Picanço, com 116. Se antes das eleições discussões fossem feitas em torno da coalizão dos nomes para aglutinar votos e obter maioria na assembléia, não sofreriam a perseguição que se iniciou a partir desta data. Angelo Custódio enquanto vice-presidente legal da província instalou governo paralelo em Cametá e de lá ordenou as investidas contra Belém.

⁷⁴ SILVEIRA, Í. Op. cit., p. 21.

Após quatro meses chegou à província o novo presidente legal delegado pela Corte Imperial, Manuel Jorge Rodrigues. Acompanhando as autoridades delegadas pelas Regência estava D. Romualdo de Seixas Arcebispo Primaz do Brasil e natural do Pará. Sua missão era a de acalmar os ânimos em Belém e restituir o poder local às autoridades legais. A vinda de uma autoridade máxima da Igreja influenciou para que o setor progressista religioso que participava do governo cabano se afastasse do movimento afirmando que só participariam “por meios pacíficos e dentro de uma dimensão social.”⁷⁵

Sem a presença do clero as autoridades cabanas se sentiram enfraquecidas e decidiram partir para o interior. Retiraram-se armados e esperariam para o melhor momento em que pudessem retornar à capital.

Decorridos alguns dias, Rodrigues iniciou uma caçada aos cabanos em Belém. Formou uma milícia chamada de “Voluntários de Pedro II”. A ela caberia desarmar e enviar os cabanos de volta ao interior. O primeiro a ser preso foi Francisco Vinagre que não partira com o seu grupo para o interior onde organizavam e armavam táticas para retornarem ainda mais preparados contra o exército.

A Cabanagem alcançou extensos lugarejos no interior. Cabanos foram enviados para Acará, Capim, Guamá e seus afluentes, Moju na margem meridional da baía do Marajó, Beja, Barcarena, Muaná e regiões próximas de Belém.

Com a prisão do líder, os cabanos reorganizaram para retornar à capital e ali reconquistaram o poder da província. Vinagre foi mandado para o Rio de Janeiro onde ficou preso até 1851. Foi sob a esperança dos cabanos na realização de seu ideal que construíram uma nova fase para o movimento. Aglomerando maior número, reorganizando-se no interior e tendo como liderança Eduardo Angelim, os cabanos

⁷⁵ PAOLO, op. cit., p. 233.

partiram para a capital. Contavam com mais de três mil cabanos vindos do interior e habitantes dos arredores da cidade.

A nova vitória cabana foi conquistada após 9 dias de luta árdua para ocuparem o Palácio o Governo e o Arsenal da Marinha. Rodrigues deixou Belém em 23 de agosto juntamente com famílias de portugueses que fugiam da guerra.

Angelim, lavrador de apenas 21 anos de idade fora escolhido como novo presidente. De acordo com as fontes bibliográficas, possuía uma personalidade forte e um espírito democrático. Muito jovem, assumiu num período de lutas internas entre cabanos e clero, a base de sustentação do movimento revolucionário. Encontrou a província num alto nível de destruição, com falta de alimentos e radicalidade de alguns membros.

Seu governo foi marcado por vitórias militares e pela ausência de intelectuais que alimentassem criticamente a revolução. Ainda aqui não havia plano de governo. Pelo contrário, o alicerce que sustentava o movimento se esvaía. O clero não adotava uma posição firme ao lado dos cabanos. Pesava sobre eles o jugo da igreja.

São controversas as análises sobre a figura de Angelim. Alguns autores o consideram como o mais expressivo líder revolucionário da Cabanagem por sua habilidade em lidar com a tropa e com os problemas políticos pelos quais passaram. Já outros o vêem como um líder duro que usou da força para com seus opositores e mesmo com os aliados que não seguissem suas ordens ou se rebelassem.

O certo é que Angelim reorganizou a equipe de governo com base nas forças cabanas, no clero e nas forças armadas em todas as regiões da província, criando um esquadrão de cavalaria. Os cabanos utilizavam os meio natural, rios, igarapés, barcos e canoas nas suas investidas contra as milícias portuguesas. Escondiam-se nas matas e viajavam pelos leitos dos rios dificultando a ação de seus inimigos. Fundaram uma

fábrica de pólvora para garantir a munição dos armamentos, além de manter o poder militar e abrir frentes de trabalho. Todavia, o bloqueio que impedia o comércio com os cabanos impossibilitou a expansão econômica. Os navios brasileiros ou estrangeiros não podiam aportar em Belém. Mesmo a vinda de produtos do interior era proibida. Ponto que caracterizou este governo cabano foi a interligação do interior com a capital. Criaram um meio de comunicação no qual cabanos eram destacados para trazerem e levarem informações entre capital e interior e tentar solucionar possíveis problemas.

Mas este momento marcou o aumento da produção de borracha desde 1830. Em oito meses de governo cabano a produção de borracha chegou a 189.225 quilos depois de um intervalo desde 1830 quando se produziu 156.060 quilos de borracha.⁷⁶

Esta terceira fase do movimento pode ser analisada com um grande triunfo no qual predominou o sentimento revolucionário pelo fim da escravidão e a conquista da liberdade. Organizavam ataques violentos contra seus repressores ao mesmo tempo em que se reuniam em comícios para preparar sua reorganização. Segundo Raiol, “a Revolução Cabana, neste momento histórico, ficava de pé, alcançando expressivas vitórias militares e políticas, mas dentro da dimensão social de horizontes nacionais: lutava-se contra governos despóticos com o objetivo de ver reconhecida a ‘cidadania brasileira’ para todos os filhos da terra, também para os que morassem em pobres cabanas.”⁷⁷

Mas o espírito de luta, a capacidade de recuperação e o apoio da população não foram suficientes para que o movimento seguisse fortalecido. Frente a desestabilidade da revolução tomaram lugar a insatisfação dos cabanos, as divisões internas, as ações de seus líderes que não resultavam em mudanças concretas, a proibição da entrada de embarcações que trouxessem alimentos e uma epidemia de varíola que atingiu a

⁷⁶ Ibid, p. 289.

⁷⁷ RAIOL, op. cit., p. 281.

população. Foi um período de grande instabilidade cujo os cabanos desconfiavam um do outro, temendo traições, fome e doenças. Para tentar conter os ânimos dos mais rebeldes, Angelim pediu a ajuda dos padres que eram próximos à população. No entanto, não houve uma resposta satisfatória.

O governo da Corte enviou, em 1836, uma nova tropa agora liderada por Francisco José Soares de Andréa. Muito forte foi esta investida, desestabilizando os cabanos que ainda lutavam. Andréa retomou as vilas próximas a Belém, e preparava-se para penetrar no interior. Este período da revolução foi marcado pelo definhamento das articulações entre clero e cabanos. Além do que, a imobilidade da província onde as condições econômicas e sociais só se agudizavam, aumentavam a fraqueza do movimento. A queda no contingente cabano e a falta de uma perspectiva de realização pelo que lutavam facilitou a entrada de tropas legais na região. Os cabanos, isolados politicamente, se refugiaram novamente, em maio de 1836, no interior onde lutaram arduamente na expectativa de retorno à capital:

“Nossa posição é mui triste, pois já começamos a experimentar falta de munição de guerra; nossos covardes inimigos não se atrevem a atacar-nos, e só tratam de render-nos pela fome; uma boa partida nos é mais airosa do que morrer de penúria; vamos pois para o interior com as nossas armas e munições esperar que nos promete o governo...sim, nos os poremos em sitio na capital e por ultimo os alçaremos fora vergonhosamente como das mais vezes o temos feito.”⁷⁸

Em Belém, as forças legais usavam da força e coerção junto a população. O novo presidente organizou a administração local colocando membros de sua extrema confiança no poder. A igreja, companheira dos cabanos, ficou subjugada ao governo

⁷⁸ Proclamação de Eduardo Angelim In: *ibid.*, p.958.

central. Para ocupar os “vadios” da província, gerar um mínimo de economia e alimentos, Andréa criou os Corpos de Trabalhadores, grupos responsáveis por trabalharem lavouras organizadas pelo Estado. Índios, mestiços e negros trabalhavam como servos na esperança de poder sair da carência em que estavam. Um bom número de cabanos se habilitara a trabalhar nestas frentes. A economia, voltada para a subsistência, foi desorganizada forçando pequenos lavradores e posseiros a se tornarem dependentes e assalariados.

Com a ofensiva de Andréa, os cabanos se apoiaram no conhecimento que tinham das matas e no contato com as tribos indígenas para darem continuação a um movimento de resistência e a tentativa de reorganização e tomada do poder mais uma vez. Estavam presentes por toda a extensão da mata amazônica; Porto Salvo, Veríssimo, Curuca, Vigia, Bragança, Cametá, Acara, Marajó e Amazonas. Nesta pequenas vilas, lutavam como o que chamaram de guerra de guerrilha:

“As cidades tinham então imensas cercas estacadas de madeiras, que lhes serviram de trincheiras. Colocados por detrás das mesmas, faziam pontarias certeiras, e raro era o tiro que perdiam. Debandavam logo que se julgavam incapazes de resistir, e na fuga por dentro das casas não podiam ser alcançados, pois que nem ao menos eram vistos. A força do governo por mais de uma vez tentou acossá-los, porem viu sempre frustrados os seus esforços diante da presteza com que os fugitivos sumiam-se por lugares escusos sem deixar vestígios do rumo que tomavam.”⁷⁹

Uma medida adotada por Diogo Antônio Feijó, regente naquele período foi a supressão de alguns parágrafos da Constituição para ajudar na repressão aos cabanos. Ficava permitida a prisão sem flagrante e sem fiança, busca sem mandados e ficavam

⁷⁹ *ibid.*, p. 852.

proibidas reuniões secretas. A repressão era sentida na “necessidade de coibir, através de punições rigorosas e, portanto, exemplares as crescentes ondas de sublevações e rebeliões que estavam se processando em todo o país, mas também era fruto direto de uma correlação de forças que, à época, mostrava-se francamente favorável aos interesses centralizadores estabelecidos no Centro-Sul do Império frente aos interesses localistas.”⁸⁰

Registros mostram que até mesmo a ajuda externa foi pedida por Feijó, regente no período em questão. Os dados dão conta que forças militares inglesas e francesas foram contatadas secretamente pelo regente Feijó: “a proposta previa que as tropas estrangeiras embarcariam em navios de guerra, chegariam a Belém ‘como que por acaso’ e seriam mantidas de prontidão ‘para cooperar com as tropas brasileiras’ .”⁸¹

A aceitação do pedido permitiria a estrangeiros “matar brasileiros com conhecimento e aprovação do governo. Parte da Amazônia teria sido entregue a britânicos ou franceses no século XIX”⁸² e entre 300 a 400 homens seriam recrutados para a operação. A negativa das nações impediu a concretização dos planos da Corte que lutou até 1839 com forças próprias contra os cabanos. Mas diante do poder militar, da cooptação e da queda tanto em número de homens quanto intelectualmente do movimento, os cabanos não conseguiram uma outra retomada do poder e ficaram por mais quatro anos lutando contra as forças legalistas.

Permaneceram no interior da província até os anos de 1839 e 1840, quando os últimos focos de resistência foram derrotados. Em 1839, assumiu o controle Bernardo de Sousa Franco, terminando com os últimos resquícios dos cabanos. Muitos morreram

⁸⁰ PINHEIRO, op. cit. p. 108.

⁸¹. PINTO, Lúcio Flávio. Regente Feijó pediu a estrangeiros que ajudasse a debelar revolta da Cabanagem. *Jornal O Estado de São Paulo*, 21 de jan. de 2001. Disponível em <http://www.estadao.com.br/editoriais/2001/01/21/ger063.html>.

por enfermidades, outros foram mandados para a guerra no sul do país e outros ainda foram presos. Em 1840 foi decretada anistia geral aos participantes do conflito colocando um ponto final nas agitações.

Foi assim o desenvolvimento da Cabanagem, um movimento político e social que se organizou em torno de Belém e que prontamente conseguiu tomar o poder administrativo da província. Passaram por um longo processo de crise política e econômica que contribuiu para que as classes trabalhadoras tomassem o poder.

Os elementos políticos desta crise foram observados no início deste mesmo capítulo. No decorrer das três primeiras décadas do século XIX, a disputa política de dois principais grupos representantes das elites locais girava em torno de projetos políticos e da própria questão do poder. Como visto, a disputa direta entre estes dois grupos abriu caminho para um terceiro setor: os trabalhadores, principalmente os braçais, que ao perceberem a tentativa de manobra de setores de classes médias aos quais estavam próximos, sabiamente deram um outro golpe e derrotaram seus opositores.

Resta-nos agora compreender quais foram as bases econômicas que deram origem à crise interna provincial e que permitiu a ascensão dos trabalhadores paraenses ao poder.

CAPÍTULO - 4

A ESTRUTURA SOCIAL E A ECONOMIA NO GRÃO-PARÁ

Por anos os atores que realizaram a Cabanagem ficaram sob a identificação de grupos homogêneos e sem características próprias. Felizmente tais leituras têm sido contestadas e vêm sendo apresentados dados históricos que mostram quão diversificada era a sociedade naquela época. Sob esta perspectiva de análise temos novas informações que permitem desmistificar posições conservadoras que tentaram uniformizar a história do Brasil, principalmente em momentos que se questionaram as ações da classe dominante.

Nas interpretações da Cabanagem, foi usual o emprego de termos como massas sem explicitar quem formava essas “massas”, qual seu interesse em empreender um movimento de luta, qual objetivo teriam e como pensariam uma nova organização política e econômica. Tentamos aqui contribuir para que um passo a mais seja dado para a elucidação e compreensão do movimento cabano.

Pensando nisto este capítulo nos apresentará o panorama estrutural encontrado na província do Grão-Pará nos primeiros anos do século XIX. Toda uma configuração especial foi desenhada na região pelos laços fortes com Portugal e pela atuação dos jesuítas evangelizando as tribos indígenas. Também foi fundamental a utilização, em larga escala, da mão-de-obra indígena como servo ou escravo e a ligação comercial e política com a Inglaterra.

Num quadro como proposto nas páginas anteriores analisando classes e ordens, a estrutura da província não difere muito do restante do país. Uma vez a província do

Grão-Pará estando inserida no Estado brasileiro algumas características nacionais também existiram. As relações jurídico-políticas fundamentadas nas relações escravistas definiram homens livres e escravos, seres superiores e inferiores. Estava também em evidência uma elite dominante, predominantemente portuguesa, que se dedicava ao comércio, agricultura, extrativismo e pecuária.

Ainda assim a sociedade paraense foi marcada por características peculiares que no seu desenvolvimento formou uma configuração social com alguns aspectos diferentes daqueles observados nas demais localidades do território brasileiro em seu período colonial e pós-colonial. Isto não só pela efetiva ocupação portuguesa realizada tardiamente, como também, pelos aspectos naturais e étnicos.

4.1- COLONOS, JESUÍTAS E A FORMAÇÃO DAS VILAS

Até o ano de 1772 a região Norte era uma única extensão de terras divididas em sete lugares: Caetê, Cametá, Joanes(Marajó) e Cumã, pertencentes a donatários e Pará, Maranhão e Piauí, pertencentes ao rei. Após esta data houve um desmembramento e tornaram-se autônomos o Estado do Maranhão e o Estado do Grão-Pará ao qual ficou subordinada a província do Rio Negro (Manaus).

Correndo o risco de ter parte de sua extensão territorial diminuída, o governo português somente a partir do início do século XVIII se voltou para a formação de vilas na região Norte. Para isto, casais e famílias portuguesas foram trazidos para a região amazônica unicamente para fundarem vilas e trabalharem na lavoura⁸³. É o caso da região de Bragança onde “...em 1753 a vila de Souza do Caeté com uma população quase exclusivamente de indígenas em decadência, ressurgiu povoada por trinta casais de

⁸³ Este mesmo procedimento foi adotado no Sul do país, principalmente na região de Santa Catarina com açorianos.

açoreanos.”⁸⁴ Antes mesmo desta data, notícias há de que em 1618, 300 colonos açoreanos foram trazidos para a região para darem um primeiro impulso na vida local.

Quando falamos da importância dos religiosos isto está, não só no que tratava da questão da fé dos moradores, mas também da vida política e econômica. Seu poder político-econômico era decorrente das missões e de seu papel de dinamizador nos primeiros anos da colonização na região norte do país.

A forte presença religiosa se comprova com um levantamento feito por José Rosário sobre a origem das cidades e vilas da província. A grande maioria foi originariamente organizada por jesuítas e outros missionários. Um relato feito por Mendonça Furtado ao Marques de Pombal no século XVIII, apresentava 19 vilas sob administração da Cia de Jesus, 15 sob os religiosos do Carmo, 9 sob religiosos de Santo Antônio, 3 sob Nossa Senhora das Mercês.⁸⁵ Foram um dos grupos que mais possuíram poder político e econômico. Durante as missões os produtos de suas fazendas eram exportados e os lucros revertidos às missões que no início do século XVIII possuíam grande poder e importância financeira.

Os colonos se recusaram trabalhar e, da mesma forma, a empreenderem projetos econômicos e sociais. Quem tomou a frente do desenvolvimento provincial foram os jesuítas e demais missionários que organizaram as aldeias, comandavam colheitas, negociavam exportações e todo o mais. Entre os colonos e religiosos havia um ponto que os diferenciava economicamente. Todo o lucro produzido pelos colonos era repassado para a metrópole ou gasto em futilidades. Já os religiosos, pelo contrário, investiam nos aldeamentos e no aumento da produção. Suas riquezas eram esboçadas

⁸⁴ SILVA, Armando Bordallo da, Contribuição ao estudo do folclore amazônico da zona bragantina. Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi – antropologia. Belém, 1959, In: ROSÁRIO, José Ubiratan. *Amazônia processo civilizatório*, Belém, 1986, p. 64.

⁸⁵ Informação do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado à Mesa da Consciência. Arquivo do Estado do Pará in: AZEVEDO, op. cit., p. 228-229.

em fazendas no Pará com criação de gado, engenhos e exploração de drogas do sertão. Os dados do que era produzido pelos jesuítas são exemplos do seu significado. No engenho Mocajuba, por exemplo, no século XVIII, eram produzidos 2.500 arrobas de açúcar. Possuía ainda 4 mil cabeças de gado, às margens do Rio Madeira colhia 4 mil arrobas de cacau por anos. Produzia além disto, farinha, aguardente, algodão e outros produtos do sertão.⁸⁶ Ponto que também os favoreciam era a isenção de impostos; estavam desobrigados de pagar direitos à alfândega o que não acontecia com os demais colonos.

Tal era a influência dos jesuítas sobre os nativos e a economia local que na administração do Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, os jesuítas enfrentaram forte resistência por parte do administrador português. Ele extinguiu as missões em 1755 e transferiu para os colonos a responsabilidade pela administração das terras e o comando sob os escravos e servos. Somente na segunda metade do século XVIII, com a criação da Companhia do Comércio, os investimentos estatais feitos e o impedimento da participação dos jesuítas é que outros setores surgiram e ganharam relevância. Os novos proprietários se tornaram os maiores latifundiários da região e os jesuítas saíram sem nada que foi acumulado em anos. O acumulado nas aldeias ficou como bem a ser investido.

As aldeias antes sob administração dos religiosos e as mais desenvolvidas foram elevadas à categoria de vilas e passaram para a administração de civis ligados a Portugal. O Grão-Pará entrava assim, num outro momento de desenvolvimento de sua história.

Ainda assim, a marca política e econômica dos religiosos continuou a ser sentida. Os jesuítas, mesmo com todos os obstáculos criados pela Corte, se reorganizaram e

⁸⁶ AZEVEDO, op. cit. p. 236

voltaram com uma maior diversidade de produtos e expectativas sociais e política. Transformaram-se em “exímios mercadores e feitores de fazendas”. Segundo José Alves de Souza Jr., Mendonça Furtado, presidente da província, em uma de suas correspondências com Pombal, dizia que o elemento jesuíta era “perigoso aos interesses reais e ameaçador à prosperidade do Estado português, já que desobedeciam com frequência as ordens em função de seus interesses.”⁸⁷ Escreveram críticas em jornais, organizaram motins e questionamentos políticos. Instigavam os indígenas a sabotar os recrutamentos para as obras públicas e a não obedecerem as ordens dos colonos. Estavam sua maioria contra a administração portuguesa e durante o século XIX ativamente viveram os momentos políticos e econômicos da região. Mesmo a Cabanagem teve como seu primeiro líder um religioso, Batista Campos. Posteriormente outras lideranças religiosas foram despontando como o cônego Silvestre Antunes que coordenou o jornal O Paraense junto com Batista Campos.

4.2 – O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

A organização econômica e a divisão social encontrada no Estado do Grão-Pará durante a Cabanagem, foi decorrência do modelo elaborado nos séculos XVII e XVIII.

Um fator que diferenciava esta região das demais era a importância da pequena e média propriedade. Devido à geografia com diversos rios em toda sua extensão, muitas cidades e vilarejos foram sendo fundados ao longo dos leitos dos rios. Tanto nas zonas próximas a Belém como no interior, era concedida “ampla faculdade para se estenderem e cultivarem quando quiserem e poderem.”⁸⁸ Essa facilidade na conquista de terras pode

⁸⁷ SOUSA JR . op. cit. p.62.

⁸⁸ CARDOSO. C. F. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará(150-1820)* RJ, Graal, 1984, p.120.

ser a responsável pelo alto número de pequenas propriedades em detrimento de grandes latifúndios, amplamente predominante em outras províncias. Mesmo aqueles com pequenas posses ou número de escravos negros ou indígenas que trabalhassem nas terras, obtiam os terrenos. Outra forma de obtenção de terras era a compra de sítios indígenas que já vinham com certa organização dispensando maiores cuidados por parte dos brancos.

Dados levantados por Ítala Bezerra da Silveira, dão conta que a maioria das propriedades, 51%, iam de 1.001 a 5000 hectares, sendo quase mínimos, 0,5% as propriedades com mais de 20 mil hectares. Os maiores terrenos eram destinados à criação de gado. Segundo a autora “era natural que ocorresse essa múltipla divisão e subdivisão de sesmarias, daí se originando a pequena e média propriedade fundiária, que irá encontrar-se no Pará no primeiro quartel de século.”⁸⁹

Diferente do restante do país, onde foi adotada uma economia de exportação monocultora, produzida em grandes propriedades, em larga escala e quase exclusivamente com força escrava negra, na região norte foi intensa a presença dos índios nas frentes de trabalho, das pequenas e médias propriedades e a característica natural direcionou a economia para a policultura de produtos típicos da região. O forte desejo português de conseguir em tempo recorde, produtos para o mercado externo, dificultaram a construção de um outro regime de produção.⁹⁰

Sabemos que os principais produtos, além da produção extrativa natural da região, foram o feijão, arroz, café e cacau. Este último foi o produto que ajudou a colocar a agricultura e economia num patamar mais elevado do que o vivido antes da companhia de comércio. A agricultura concentrou-se em maior escala na parte leste do Pará, próxima aos rios Guamá e Tocantins, produzindo especialmente mandioca, arroz e

⁸⁹ SILVEIRA, op. cit., p. 130.

⁹⁰ WEINSTEIN, op. cit... p. 25.

açúcar.

Com a separação político-administrativa em relação ao território maranhense no final do século XVIII, a vida econômica paraense também sofreu mudanças. A maioria dos escravos ficou com o Maranhão que possuía uma larga produção de algodão e exportava para os Estados Unidos e Inglaterra. Ao Pará houve uma estagnação, pois, dependiam apenas de sua própria luta por crescer e se inserir, assim como o Maranhão, na economia que dominava o restante do país.

A região amazônica assim como as demais zonas do país passavam pela crescente necessidade de comunicação para as trocas comerciais, abastecimento e mesmo, defesa do território. Em meados do século XVIII, como já vista anteriormente, a Companhia do Comércio em muito contribuiu para esse desenvolvimento. As regiões mais distantes de Belém precisavam escoar sua produção. Os rios, uma característica física das províncias do norte, foram os principais meios de ligação com outras localidades. A partir deles, estradas também eram construídas para perfeito intercâmbio entre as vilas em formação.

Aproximando-se do final do século XVIII, nos governos de Sousa Coutinho em 1786 e Lobo D'Almada em 1799, importantes obras foram realizadas. Uma delas foi um sistema que interligava a Amazônia e a parte sul do Brasil, Goiás e Mato Grosso, utilizando os rios Madeira, Tapajós e Tocantins-Araguaia.⁹¹

Aqui também, como observou Lenharo no Sudeste brasileiro, formaram-se no Pará, paradas para descanso das tropas e seus condutores, gerando vilas e pequenas vendas e hospedarias. As tropas que partiam de Marajó com destino a Macapá, por exemplo, também faziam uso destas paradas. Desta maneira:

“...o caminho estava aberto. E de Mato Grosso lançaram-se outros corajosos mercadores e sertanistas à empresa de navegarem o rio num esforço memorável para tornar uma realidade o relacionamento comercial entre as duas grandes áreas

⁹¹ CARDOSO, C. F. op. cit., 131.

do Brasil através do Tapajós e não apenas do Madeira (...) Do Pará, por seu lado, igualmente se verificou um esforço apreciável par manter as comunicações abertas.”⁹²

Pinheiro afirma que durante a permanência do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, houve um “processo de marginalização das Províncias do Norte”⁹³.

Alguns autores acreditam que o cacau, assim como o açúcar no Nordeste e o café no Sudeste, passou por um ciclo crescente de produção. Segundo Roberto Santos e José Ubiratan, foi com o cacau que a agricultura local passou a ser feita em terras definidas, com maior racionalidade e não apenas se aproveitando do que a natureza já havia deixado a disposição. As fazendas foram delimitadas, a mão-de-obra foi melhor utilizada e, por fim, uma vida econômica foi sendo desenhada no Grão-Pará. Diferentes de outras regiões, “o ciclo agrícola amazônico, fixou o homem à gleba, atendendo as necessidades de um planejamento econômico e operou, assim, a verdadeira estruturação da sociedade cabocla fazendo-a emergir até mais ou menos os finais do século XVIII, com uma população mestiça, que beirava os cem mil habitantes.”⁹⁴

Até os primeiros vinte anos do século XIX, o cacau foi o principal produto de exportação. De sua produção e comercialização, surgiram vilas, povoados, trabalhadores das mais diversas ordens, além de uma elite produtora e detentora de poderes econômicos e políticos. Com o passar dos anos conseguiram um certo impulso

⁹² REIS, A . op. cit... p.. 76.

⁹³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá. *Nos subterrâneos da revolta trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*, Tese de Doutorado em História, SP, PUC/SP, 1998. P. 189.

⁹⁴ ROSÁRIO, José U., op. cit., p.52.

econômico e as relações continuaram sendo feitas mais intensamente, até o início do século XIX, com Lisboa. O volume de exportação era 628:494\$650 e de importação 418:379\$989. (REIS, 1972, p. 70) Alguns produtos também eram importados para suprir a economia local. A farinha de trigo, por exemplo, era importada dos Estados Unidos e a manteiga da Irlanda.

Com dados levantados por Roberto Santos, percebemos que houve um intenso crescimento econômico com as exportações. Ele se iniciou com a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, seguindo até 1805 no governo de Lobo D'Almada. A Companhia foi de importância ímpar para o desenvolvimento econômico da região. Seu objetivo era implementar as normas ditadas pela metrópole. Com o fim das missões, “os colonos assumiram o controle das fontes de produção e se organizaram como classe exploradora” via Companhia do Comércio. Ela passaria a ser responsável pelo monopólio da navegação, do comércio interno e do tráfico de escravos. Neste ponto é interessante perceber que a ruptura entre Igreja e Estado demonstra a necessidade da circulação de mercadorias e do crescimento do capital para o fortalecimento da economia local e portuguesa.

Mas isto não significou que as relações econômicas estivessem “tecnicamente preparadas, sequer para acompanhar as provocações do próprio mercado.”⁹⁵ A diversidade de produtos⁹⁶ e a má estruturação da produção não correspondiam ao potencial das fazendas e ao seu poder de produção. Exemplo é o número de engenhos de açúcar. Pelas informações de Cardoso, no ano de 1784 havia um total de 17 engenhos

⁹⁵ SANTOS, Roberto. op. cit. p. 22-23.

⁹⁶ Entre outros, algodão, cravo fino, drogas do sertão, anil, açúcar, tabaco, couro, aguardente, farinha de mandioca e polvilho.

reais e 36 engenhocas que produziam cachaça. Já em 1816 o número de engenhos diminuiu para 11 e as engenhocas subiram para 94. A produção dos engenhos era pequena em relação aos gastos que sua manutenção exigia. Havia falta de capital e de máquinas, e eram altos os tributos a serem pagos ao governo.

A distância entre produção e consumo é retomada várias vezes por Ravena⁹⁷. A população crescia a cada ano, não acontecendo o mesmo com os produtos para atender as necessidades, principalmente dos novos trabalhadores, indígenas ou escravos, que eram introduzidos gradativamente na província.

Uma razão para isto pode ser o baixo investimento em técnicas para melhorar as condições de cultivo, colheita e demais necessidades que envolviam o processo. Wallace observou a grande potencialidade da província tanto na agricultura como nas relações de comércio interno. A colheita de arroz, por exemplo, era feita antes do momento certo para o cultivo por não haver mão-de-obra necessária para o beneficiamento do cereal. Wallace diz que na província é rica a potencialidade para a agricultura mas:

“tão pouco cultivada e pode produzir uma incrível variedade das mais valiosas produções; todavia as que aqui se cultivam são inteiramente negligenciadas. Nenhuma possui tão grandes facilidades de comunicação interna como esta; não obstante, como é difícil e desagradável viajar por aqui! Nenhuma apresenta, como esta, todos os requisitos naturais para manter um intenso e variado comércio com todo o mundo; todavia, como é limitado e insignificante o seu próprio comércio interno!”⁹⁸

Principalmente pós 1820 com o declínio na exportação de cacau, a economia provincial rumou para a pequena produção: “sem estrutura capaz de produzir excedentes cooptáveis e sem perspectiva de uma economia baseada em trocas mais

⁹⁷ RAVENA. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará In: MORIN, Rosa Maria A. (coord.), *A escrita da história paraense*, NAEA/UFGA, Belém, 1998. p. 46-7.

⁹⁸ WALLACE, Alfred R. *Viagens pelos Rios Amazonas e Negro*, SP, Edunesp, 1979. P.232-233.

intensas, as populações sediadas no Grão-Pará submeteram-se a um consumo próximo ao da sobrevivência.”⁹⁹ A partir de então, que as condições sociais e a crise econômica se agravaram e direcionaram-se a uma exaustão que se concretizou na Cabanagem. Para Santos, “as diversidades econômicas de uma agricultura sem mercado conspiravam contra a estabilidade, não menos que os sentimentos patrióticos.”¹⁰⁰ Os anos posteriores também marcaram a expulsão dos pequenos proprietários de terras e caboclos proprietários dos arredores de Belém. Suas propriedades eram apropriadas por homens de maior posse e poderes políticos.

Um dado que nos ajuda a pensar o nível de pobreza na região, é a renda per capita da população. Em cálculos realizados por Roberto Santos, se pensados no valor do dólar em 1972, a renda dos homens livres chegava a 77 dólares em 1800.

A resposta para a baixa renda talvez esteja nas palavras de Arthur Reis, nas quais se vê um descaso da Coroa em relação ao desenvolvimento da região. Reis afirma que mesmo a Capitania do Rio Negro “com lavouras em aumento, as fábricas funcionando, os campos do Rio Branco movimentados pelos primeiros rebanhos, essa era ignorada pelo Conselho Ultramarino. As conseqüências dessa ignorância, a Capitania ia tê-las com a decadência que a perseguiu de então em diante até meados do século XIX.”¹⁰¹

Outro elemento importante para a dinamização da economia local foi a criação de gado, o pescado e os engenhos de açúcar e aguardente. As fazendas de gado, assim como outras atividades lucrativas da província, foram primeiramente organizadas por religiosos. A geografia local ajudava neste tipo de atividade, por proporcionar pastos naturais, diminuindo gasto e tempo do criador.¹⁰² Em 1773 existiam 153 fazendas de

⁹⁹ Ibid., p. 233.

¹⁰⁰ SANTOS, Roberto, op. cit., p. 64.

¹⁰¹ REIS, A. C. F. *O processo histórico da economia amazonense.*, In: SANTOS, R. op. cit... p. 26.

¹⁰² BAENA, Antônio. *Formação histórica do Pará*, Belém, UFPA, p. 325.

gado e cavalo, já em 1803 haviam 223 fazendas com aproximadamente quinhentas mil cabeças.¹⁰³

O comércio estrangeiro era feito por pequenos grupos que controlavam as relações econômicas com ingleses, americanos e portugueses. Tais laços se estreitaram quando da exportação do algodão para a Inglaterra e para os Estados Unidos. Para Salles as relações exportadoras em torno deste produto permitiram “o estreitamento da vinculação e dependência de capitalistas nacionais e estrangeiros, que controlavam a comercialização desse gênero no mercado exportador.”¹⁰⁴ O monopólio também existia na vida econômica e foi um dos principais fatores que acirravam os ânimos entre pequenos e grandes proprietários de terras e comerciantes. Poucos recebiam concessões do governo para agir de tal maneira e as conseqüências mais imediatas, eram a falta de produtos e a alta dos preços.

Uma organização de dados realizada por Ítala, mostra que na Capitania do Grão-Pará, o total da pecuária girava em torno de 19,3% da economia, enquanto que a exploração agrícola de cacau e outros produtos como arroz, café, algodão, açúcar, canela e aguardente, num total de 80 produtos.¹⁰⁵ O comércio destes produtos era realizado além da Inglaterra, com Holanda, ilhas inglesas nas Índias Ocidentais, Gibraltar, França América do Norte e Portugal.¹⁰⁶

A exportação dos produtos tropicais e uma pequena (em relação às demais áreas) produção pecuária construíram uma sociedade formada pela aristocracia rural que comandava a organização produtiva. Além destes, os comerciantes com ajuda de ingleses e americanos conseguiram alcançar sua importância política e econômica.

¹⁰³ Ibid., p. 43.

¹⁰⁴ SALLES, op. cit., p. 37.

¹⁰⁵ SILVEIRA, op. cit., p.128.

¹⁰⁶ SALLES, op. cit., 1992, p. 38.

4.3 - AS FORÇAS DE TRABALHO

Outra consequência da livre conquista de terras foi a falta de trabalhadores. O índio foi a principal solução para a escassez de mão-de-obra tanto na economia extrativa como na agrícola.

Mais do que em outras províncias, o número de indígenas foi marcante como força de trabalho, somando-se ao negro escravo. Durante longos anos o indígena foi a única fonte de mão-de-obra. Somente em 1755 o negro africano foi introduzido para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Os jesuítas foram os primeiros a recrutar os nativos para o trabalho. Os religiosos conseguiram racionalizar o trabalho das tribos em seu próprio território nos quais eram cultivados vários produtos. Mão-de-obra farta e barata, foram feitos servos trabalhadores do Estado em obras públicas e em embarcações, veículo muito utilizado devido ao grande número de rios na região. Coube, portanto, aos jesuítas a deculturação das tribos nativas durante o início da colonização, introduzindo-os numa nova ordem social e religiosa. O indígena compulsoriamente se viu numa forma de organização, européia, que lhe era estranha: “nativos foram retirados das mais diferentes culturas e modos de produção e reunidos nas vilas e aldeias espalhadas de maneira estratégica, até finalmente surgirem como trabalhadores livres numa economia extrativa colonial.”¹⁰⁷

Mas a condição de homem livre não existiu por muito tempo.

Em 1755 o Marquês de Pombal, revogou a lei que permitia o uso do índio como

¹⁰⁷ MOREIRA NETO, op. cit., p.66.

escravo. Determinou-se o pagamento obrigatório de salários àqueles que trabalhavam para os colonos portugueses. Além disto, “reconhecia os índios como senhores de suas terras”.¹⁰⁸

Essas medidas tinham a intenção de aumentar a população, a economia e um maior dinamismo à região. Pensou-se na possibilidade de transformar o índio em colono para trabalhar a terra e garantir a posse do território. Por isso o indígena não podia ser mais escravo, tratava-se, a partir daquele momento, de homem livre. Não ficaram mais sob a direção das missões e passaram a ter “direitos e interesses pertinentes a cidadãos portugueses, transformando-os em trabalhadores assalariados e colonos.”¹⁰⁹ Até mesmo o casamento entre brancos e índios foi incentivado como uma forma de povoar a região. Dotes, terras e títulos de nobreza eram concedidos àqueles que se casassem com indígenas.

Apesar de tudo isto, mesmo depois de proibido, o uso de indígenas como força de trabalho continuou ilegalmente nas roças, fazendas e caças. Nunca foram reconhecidos como iguais na sociedade colonial. Reservou-se a eles o trabalho servil e escravo. A vida comercial local e a exportação os transformaram em lavradores e em exploradores das drogas dos sertões. Segundo Caio Prado, “a exploração de que os índios serão vítimas daí por diante, já não é a de escravos, mas de semi-assalariados, embora ainda com muitos traços servis.”¹¹⁰

As tribos foram sempre alvo de recrutamentos forçados para a formação das guardas e milícias. Até mesmo em alguns momentos, relata Souza Júnior, devido à escassez de colonos, os índios ocuparam cargos administrativos. Mas não lhes era

¹⁰⁸ SOUZA JR, José Alves. *Constituição ou revolução, os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Felipe Patroni(1808-1823)*, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1997, p.62-3

¹⁰⁹ Ibid., p. 62.

¹¹⁰ PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil*, SP, Brasiliense, 1972, p.72.

garantido o privilégio que o cargo permitia.

Segundo Carlos Araújo Moreira Neto, nem mesmo após a Independência as condições melhoraram para os indígenas e os elementos menos favorecidos pelo regime português. Pelo contrário “a Independência somente acentuou certos temores coloniais e sua conseqüente reação contra os servos, mas manteve intocadas as bases do sistema e a composição do poder da Amazônia.”¹¹¹ Tamanha foi a brutalidade com que se tratava o nativo que próximo do século XIX já não se encontravam grupos indígenas ao redor de Belém e São Luís. Muitos não suportaram o ritmo de produção. Eram obrigados a se distanciarem de seus deuses e costumes e a adotarem símbolos e crenças católicas. Foram estes índios, denominados tapuios por Moreira Neto, uma das principais forças da Cabanagem. A morte foi o fim de muitos que mantinham contato com os portugueses. Sentindo a escassez da mão-de-obra, a queda de produção e riqueza, a saída esteve no negro africano.

Com um número maior que no restante do país os índios se somaram aos negros e dividiam o trabalho na agricultura, no trabalho doméstico, em negros de aluguel, em negros de ganho, lavradores, artífices, trabalhadores da construção civil.

Já mencionamos anteriormente que a introdução da mão-de-obra africana teve início junto com a Companhia Geral do Comércio. Foi neste momento que os negros passaram a sofrer assim como os indígenas todas as crueldades da escravidão lusa.

¹¹¹ MOREIRA NETO, op. cit., p.62.

Para nossa proposta de identificação da estrutura social no Pará no século XIX, o trabalho de Pinheiro em muito contribui. Através do estudo dos códices do Arquivo do Pará, Pinheiro elaborou o seguinte quadro de profissões a partir da ocupação dos presos da Cabanagem levados à Corveta Defensora:

Ocupação	Número de Presos	%
Lavradores	365	50,7
Soldados e marinheiros	78	10,8
Sem ofícios	52	7,2
Carpinteiros	47	6,5
Alfaiates	40	5,5
Sapateiros	16	2,2
Pescadores	16	2,2
Negociantes	15	2,1
Ferreiros	10	1,4
Ourives	8	1,1
Marceneiros	8	1,1
Outros	65	9,1
Total	100	100

Gráfico realizado a partir dos números obtidos por Luis Pinheiro no Códice 1131 do Arquivo Público do Pará.

Dos dados apresentados ao lado é importante considerar que, excetuando as atividades de negociantes, alguns lavradores e marinheiros, todas as demais ficavam a cargo de escravos, fossem eles indígenas ou africanos. O que é considerável para medirmos o envolvimento desta população no movimento.

Classe também presente era a dos libertos estando, hierarquicamente, um pouco acima dos escravos. Vicente Salles os definiu como sendo “índios destribalizados, camponeses sem terra, que viviam na periferia urbana.”¹¹² Eram aqueles que primeiro trabalharam nas fazendas dirigidas pelos jesuítas durante as missões e depois passaram a trabalhar para a Companhia do Comércio. Os poucos que possuíam “bons” senhores adquiriam um pedaço de terra para plantar e acumular algum lucro podendo usar o trabalho escravo. Mas a maioria acabou mesmo reduzida à escravidão e servidão. Um bom número de lavradores trabalhava em terras de portugueses pagando foro e serviam como recrutas para milícias de seus senhores.

A relação de submissão do homem livre em relação ao senhor de terra ficava subentendida, sem ser tão clara como a relação entre senhor e escravo. Da mesma maneira as relações de tensão não ficavam evidentes. Aparentemente havia uma harmonia entre os dois lados tendo os interesses iguais. Só se tornavam explícitas quando a disputa girava em torno da posse da terra. A expropriação levava as populações para as áreas que não predominavam a grande produção comercial.

Maria Silvia mostra como as relações de dependência entre senhores, agregados, escravos e outros setores ligados a este tipo relação de produção, barravam o livre desenvolvimento das categorias menos favorecidas. Eram usualmente colocados fora

¹¹² SALLES, op. cit., p. 59.

das medidas estruturais, econômicas e sociais. Já entre os setores terciários, tropeiros, vendeiros ou pequenos proprietários, ainda que numa relação de dominação, a ascensão social era possível, pois, “diante deles estavam dados os meios para enriquecer e ascender socialmente numa formação sócio-econômica em que progressivamente se determinavam e se cristalizavam as diferenças de fortuna e de destino.”¹¹³

A autora Bárbara Weinstein apresenta um elemento importante para caracterizar a população da região, os “agricultores nômades ou de subsistência”. Segundo ela, desde o século XVIII haviam notícias de negros fugidos que iam para o interior e formavam “uma população rural semi-autônoma”, enquanto os índios, por sua vez, tratados como semi-escravos, tornavam-se agricultores de subsistência.¹¹⁴ Por vezes, permitiam ao negro e trabalhadores livres, cultivar farinha e outros produtos para consumo próprio.

Mas a organização do trabalho na região norte possuiu características próprias através dos diretórios dos índios, de fábricas nacionais, de pesqueiros e de roças comuns. Para Salles, foram “diferentes formas de exploração econômica e de organização do trabalho por servos de gleba. Servidão e escravidão coexistiam em larga escala, muitas vezes se confundindo.”¹¹⁵ Este modelo foi um mecanismo explícito de subordinação da população trabalhadora. Enquanto a organização do trabalho se estruturava assim no Brasil, na Europa, a Revolução Industrial promovia transformações e as forças produtivas davam um primeiro indício de participação política.

Com atividades manufatureiras encontramos o corte de madeira, salinas, olarias, pedreiras, artesanato doméstico e urbano. No geral podemos dizer que a sociedade

¹¹³ FRANCO, M. S. C. op.. cit. p.

¹¹⁴ WEINSTEIN. Bárbara, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência(1850-1920)*, SP, Hucitec-Edusp, 1993. p. 59.

¹¹⁵ SALLES, Vicente. *O negro no Pará*, RJ, FGV, 1971, p. 61.

paraense se caracterizou como rural que se ligava através dos rios, com uma grande mobilidade territorial e restrito mercado profissional.

É preciso considerar que no período de eclosão da Cabanagem já se verificava posições e funções exercidas por tais elementos dentro da sociedade imperial. Assumiram determinadas funções na agricultura, alguns eram também pequenos proprietários de terra, até mesmo fazendo uso de escravos. Muitos negros que foram libertos no decorrer dos anos exerceram funções estabelecidas por uma hierarquia social, trabalhando em áreas agrícolas e em salões comerciais. Seguindo o padrão do sistema escravista do restante do país, no Pará os negros também trabalhavam nas ruas, nas lavouras de cana e demais produtos agrícolas, além da colheita das drogas do sertão ao lado dos indígenas. O que marca esta categoria na região é o fato de terem vindo de fora na maior parte das vezes. Somente em meados do século a Companhia do Comércio inaugurou o comércio de negros em larga escala. Os negros como vimos foram uma das principais forças responsáveis pela luta durante a Cabanagem.

4.4 – A PROXIMIDADE DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ COM A GUIANA FRANCESA

A troca comercial e intelectual entre Guiana Francesa e Grão-Pará vem mesmo antes do movimento cabano. Encontramos relações comerciais desde meados do século XVIII, principalmente no período anterior à Revolução Francesa. Inicialmente havia uma proibição e o comércio era feito ilegalmente entre as duas localidades. Este quadro muda radicalmente quando da ocupação portuguesa na Guiana Francesa.

Portugal, em represália à ofensiva de Napoleão, invadiu a Guiana a partir do Grão-Pará entre o final de 1808 e janeiro de 1809. Foi quando ocorreu a deposição do governador Victor Hugues e se estabeleceu a administração lusitana. Mas a idéia inicial

surgiu dos ingleses que acreditavam ser necessário criar barreiras para que, principalmente, os negros guianeses, não chegassem ao território brasileiro. Para tanto, o plano era deportar a população negra para seus países de origem ou para o Haiti. Mas por ordem portuguesa esta iniciativa foi posta de lado e a Guiana Francesa passaria a ser administrada “como uma dependência do governo paraense.”¹¹⁶ Os anos seguintes foram de algum desenvolvimento para a economia guianesa. Ela, assim como a província do Grão-Pará, tinha um desenvolvimento econômico modesto para os padrões da época. Comerciantes e fazendeiros brasileiros se estabeleceram por lá aumentando os vínculos entre ambos. Os portugueses introduziram escravos e incentivaram a produção.

A província do Grão-Pará sentiu um certo desgaste uma vez que, boa parte de seus homens de mão-de-obra foram recrutados para a expedição, aumentando a crise local de trabalhadores. Difundiu-se no território brasileiro que os escravos participantes da invasão teriam sua liberdade garantida. Esta expectativa fez o negro deixar as lavouras e outras ocupações e juntar-se à tropa ou rebelar-se.¹¹⁷

É interessante notar entre os dados levantados por Flamarion o alto número de escravos em relação a brancos e libertos na Guiana Francesa. Em 1808, ano da invasão, havia 933 brancos, 1.157 libertos de cor e 12.355 escravos. Em 1817, das 16.056 pessoas que formavam a população, 989 eram brancas, 1.698 libertas de cor e 13.369 escravos.

Estes números preocupavam as autoridades brasileiras que desde o século XVIII tentavam conter a comunicação entre os escravos brasileiros e os guianeses. A Revolução na Guiana foi o principal motivo para isto. Havia o medo de que a mesma agitação escrava acontecesse no Brasil. Um dos resultados da revolução foi a decretação

¹¹⁶ Biblioteca Nacional, Manuscritos, 7, 4, 82: “Offício do governo das capitanias do Pará e Rio Negro”, f.º 3 a 6, v.º 17-18 (1808 e 1809) In: CARDOSO, Ciro F. S. op. cit... p. 154.

¹¹⁷ CARDOSO, C. op. cit..., p. 157.

da abolição da escravatura a todos os cativos. Contando com uma força maior, “o regime escravista foi restaurado nos domínios coloniais, mas o episódio da Revolução teve ampla repercussão no Pará, principalmente.”¹¹⁸ A medida tomada pela administração brasileira foi “evitar qualquer ‘contaminação ideológica’ proveniente da colônia vizinha.”¹¹⁹

A Guiana continuou como extensão do poder português até 1817. Acredito que não só este período mais efetivo de proximidade, mas também o posterior, ajudou para que os negros em especial e alguns intelectuais sintonizados com as transformações internacionais, ficassem próximos de uma nova formulação, a revolução (em determinados momentos mesmo sem saberem de seu conceito), que poderia abrir novos horizontes para estes setores locais.

4.5 – AS PRESENCAS LUSA E INGLESA COMO ELITE DIRIGENTE

Através do panorama esboçado por Ítala e outros autores, vemos que desde os primeiros anos da conquista da província os portugueses estiveram em destaque na vida paraense: “a região era administrada por súditos portugueses que a, duras penas, mantiveram a soberania da coroa lusa na Capitania do Pará.”¹²⁰ O pano de fundo desde os primeiros anos do século XIX, esteve em torno da presença ou não dos portugueses reinóis na condução política e administrativa da província.

Mesmo a Cabanagem tendo ocorrido nos primeiros anos do império, a sociedade da época ainda era alicerçada por fortes características coloniais, reflexo de anos de sistema colonial e do modo como foi processada a independência brasileira, com a presença de portugueses e de aristocratas na condução do processo de emancipação para a garantia de interesses políticos e econômicos. Os cargos administrativos e políticos

¹¹⁸ SALLES, op. cit., p. 22.

¹¹⁹ CARDOSO, op. cit... p. 153.

¹²⁰ SILVEIRA, op. cit... p. 135.

mais importantes eram ocupados pelos senhores mais abastados.

Travou-se uma disputa entre os reinóis partidários da ligação de dependência entre Brasil e Portugal, e os nativos que defendiam a autonomia do país. Segundo Reis, “representavam o poder econômico e a administração. Eram comerciantes, proprietários rurais, latifundiários(...)”.¹²¹

De um lado estavam os portugueses tentando manter sua hegemonia política e econômica, aplicando os mesmo moldes do que acontecia ao sul do país. Em outra ponta havia aqueles que se consideravam nativos, e procuravam a autonomia, sem a interferência de lusos no crescimento comercial e político na região.

Para melhor identificá-los, podemos observá-los através das sociedades secretas e da maçonaria. Eram duas as encontradas no Pará e representavam as forças políticas e econômicas da província. A Sociedade Patriótica Instrutiva e Filantrópica, dirigida por Batista Campos era formada por jornalistas, pequenos proprietários, que se diziam liberais e patrióticos e contrários ao governo metropolitano.

A outra sociedade era chamada Caramuru, representante dos mais abastados comerciantes, administradores públicos, burgueses, proprietários de terra e de escravos e alguns representantes da igreja. Eram todos conservadores e defensores da metrópole. Segundo Salles,

“a monarquia surgiu, no Pará, como sociedade de classes, representando interesses capitalistas locais, estimulando a luta contra a ‘gente de pé-no-chão’, dos proletários, pequenos proprietários, negros escravos e caboclos (...) estimulou a luta de classes, fazendo oposição ao partido da ‘força bruta’ chefiada pelo cônego Batista Campos.”¹²²

Após a independência, foi forte a presença dos ingleses. Chegaram a partir de 1808 quando do tratado de abertura dos portos às nações amigas. Muitos ingleses

¹²¹ REIS, Arthur. op. cit., p. 80.

¹²² SALLES, op. cit., 1992, p.112.

instalados na província se dedicaram ao comércio e entendiam ser proveitoso o trabalho livre como meio de gerar mercado consumidor também entre a população pobre e até então escrava. Mesmo nos momentos políticos estiveram presentes, como em 1823 quando o capitão John Pascoe Grenfell chegou a Belém para assegurar a adesão da região ao fato já consumado da independência.

Sobre a participação dos ingleses na vida paraense, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva apresenta dados que revelam a intenção da fundação de uma companhia de fundo filantrópico e de lucros. Tal fundação propunha a emancipação dos escravos através da compra e posteriormente emprega-los como trabalhadores livres. Poderiam assim, obter mão-de-obra para seus empreendimentos locais e consumidores para seus produtos.

Homem com grande conhecimento sobre a Revolução Industrial inglesa, Accioli acreditava ser necessário no Brasil se instalar o capitalismo de forma mais progressiva. A escravidão estava por acabar e poderia haver um colapso de mão-de-obra. Por isso, propunha a emancipação dos escravos, que comprariam sua alforria e seriam num segundo momento trabalhadores assalariados¹²³. Com a ajuda do capital de indústrias inglesas a serem implantadas em Belém, este projeto poderia se concretizar. No entanto, tais idéias não passaram do papel.

No Pará, a relação dos participantes permite ver as mais diferentes classes e, conseqüentemente, interesses distintos. Pinheiro, ao analisar as ocupações dos presos cabanos, chegou a conclusão que tanto proprietários como pobres despossuídos participaram da Cabanagem. Os dois presidentes cabanos eram lavradores sitiantes nas terras de proprietários com maiores posses. Os cabanos viviam, portanto, num regime de submissão e dependência mesmo sendo homens livres. Franco mostra que “postos à

¹²³ In: SALLES, op. cit... p. 99.

margem do arranjo estrutural e dos processos essenciais à vida social e econômica, agregados e camaradas foram os mais desvalidos dos homens livres e os mais qualificados para enfrentar a ordem estabelecida.”¹²⁴ Ao lado deles estiveram também setores do clero que durante anos foram influenciadores na política e economia local.

É importante perceber que, principalmente na região Norte a possibilidade de acesso à pequena propriedade fez crescer setores que não se encaixavam no modelo econômico predominante até então na sociedade brasileira. Com o declínio da exportação de cacau em 1820, houve uma diversificação nas culturas de produção da agricultura e da pecuária. Ambas somadas aos serviços de comerciantes, das mais diferentes importâncias, caminharam juntas com uma população pobre, mestiça e liberta que fora colocada à margem do mercado de trabalho com o fim da colheita de cacau.

A economia de subsistência que num primeiro momento supria somente o núcleo familiar passou a vender o excedente e a produzir em larga escala para abastecer e complementar a economia exportadora fundada no latifúndio.

Em decorrência setores que não estavam entre os negros escravos nem entre os grandes proprietários de terra também formavam os setores econômicos em crescimento progressivo acompanhando o que acontecia no restante do país.

Buscando espaços para se inserir também na vida política, em diversos momentos reivindicavam por meio de ações mais rebeldes unindo-se aos escravos negros e indígenas. Foi a partir destas características que se somaram, que se tornou possível um processo de formação de consciência mesmo que em diferentes níveis e entre um determinado grupo social que conseguiu identificar, através das condições materiais que o cercava, aqueles que os oprimia e, oportunamente, realizaram um dos mais avançados movimentos políticos da formação política brasileira, a Cabanagem.

¹²⁴ FRANCO, op. cit., p. 100- 101.

CAPÍTULO- 5

É POSSÍVEL SE FALAR EM REVOLUÇÃO?

Na Cabanagem, houve apenas um pequeno momento de real poder político e de decisão que foi o quase um ano decorrido do golpe preparado pelos cabanos. Acredito que deva ser sobre estes meses, procuradas as respostas que nos levarão ou não a uma configuração revolucionária.

Mas, para este momento, as limitações da pesquisa não nos permitem tal procedimento de forma aprofundada, uma vez que, somente o contato com as fontes primárias dariam as respostas para nossas indagações. O doutorado, por tratar-se de um período maior para a construção de uma tese, será utilizado para isto. Nesta fase nos resta basearmos no que já foi produzido e daí construirmos a nossa elaboração.

5.1 – A DINÂMICA DA CIRSE REVOLUCIONÁRIA

Dissemos anteriormente que nossa interpretação do movimento cabano partiria dos pontos teóricos de Lenin sobre crise política e situação revolucionária na província do Grão-Pará, pontos estes que são apresentados no processo de luta cabana.

Um marco inicial para determinarmos o processo de crise política na região pode ser estabelecido a partir da realização da Independência do Brasil em 1822 que no Grão-Pará apenas foi aceito em 1823 sob pressão armada de setores nacionalistas. Os portugueses não aceitavam a nova condição política do país e resistiram o quanto puderam em sua implementação.

O processo de crise nasceu em 1822 e se desenvolveu ao longo dos treze anos seguintes até chegar em seu ápice, em 1835, com a Cabanagem. Durante este espaço de tempo, as duas principais correntes ideológicas da província se enfrentaram na vida política e em confrontos armados. De um lado estavam os defensores do status quo que representavam a manutenção dos portugueses, os caramurus, que mesmo após a aceitação da independência, ainda eram as classes dominantes, e, de outro lado, representantes de classes em ascensão e em busca da representatividade na vida política e econômica paraense, os filantrópicos.

Vimos que por todo este tempo as elites dirigentes da província, em sua maioria portugueses que tudo monopolizavam, agiram numa linha de privilegiamento de sua classe. O comércio, as relações de produção agrícola, o trato com as forças de trabalho, enfim, relações sociais e econômicas, eram feitas dentro da realização dos interesses de suas classes. Apesar de minoria, em termos de população, eram as únicas atendidas pelas medidas administrativas, econômicas, entre outras.

Mas o novo quadro que se formava na vida interna brasileira e nas relações internacionais na primeira metade do século XIX, foram responsáveis por, aos poucos, introduzir novos elementos e, conseqüentemente, novos graus de importância neste modelo que até então era estático.

O Brasil passava por transformações fazendo-o voltar seus olhos tanto para a organização das cidades como para o campo. Núcleos importantes foram se formando a partir do escoamento de mercadorias de produtos agrícolas e do intercâmbio entre uma localidade e outra do território. Setores em ascendência como pequenos comerciantes e pequenos proprietários rurais, lavradores, entravam em cena em todas as regiões do país.

Na região paraense também este quadro existiu mesmo havendo ali uma diferenciação social e econômica em relação ao restante do território. Os dados mostram, como apresentado no capítulo 4, que havia no Grão-Pará uma presença maior de pequenos e médios proprietários de terra, que o acesso a ela fora facilitado pela metrópole para que o território fosse garantido frente as tentativas de ocupações de franceses e espanhóis.

Outro ponto que marcou a vida regional foi o forte relacionamento entre o Grão-Pará e a Metrópole. Esta relação por vezes sufocava a tentativa destes novos atores locais se tornarem também elementos influenciadores no que dizia respeito à província. Os portugueses em tudo estavam inseridos não deixando um mínimo espaço para que representantes destes setores pudessem ocupar fosse administrativa ou economicamente. Apenas dividiam o poder com os ingleses que ao lado dos lusitanos influenciavam as exportações e o comércio. Aliás, estes dois itens contribuíram para que a elite dominante disputasse entre si. Alguns defendiam a ênfase nas exportações e outros no comércio.

A crescente pressão dos filantrópicos, a abdicação de D. Pedro I, os embates internos dentro da administração, a notícia de que os ideais da Revolução Francesa se disseminavam em vários cantos da província vinda da vizinha Guiana Francesa, a crise econômica pela qual passavam com a diminuição da exportação de cacau, de gêneros extrativistas, de falta de mão-de-obra, o aumento da população e o ritmo lento das obras estruturais para acompanhar as necessidades que a nova configuração da região pedia, o pouco investimento do governo central na região e a indignação cada vez maior dos setores populares deixaram a elite dirigente desestabilizada e enfraquecida.

Parte constituinte deste processo, as classes populares também sentiram que o momento era de mudança. Contando com o apoio de intelectuais filantrópicos, escravos rurais e urbanos, servos indígenas de propriedade do poder estatal, pequenos lavradores e pequenos comerciantes canalizaram na realização do movimento a crise pela qual passavam.

Contando com exemplos externos como a revolução dos escravos na Guiana Francesa, com a vinda de escravos e pensadores que dela participaram, com o caos social frente a pobreza, vendo a permanência do monopólio das exportações nas mãos de ingleses e portugueses, entenderam que a única saída política deste emaranhado de coisas era a deposição do governo instituído.

As mudanças no cenário internacional também refletiram na América Latina. Quando da Revolução Francesa, mudanças também ocorreram em sua colônia, a Guiana Francesa, vizinha ao Pará. Inúmeros escravos se reuniram para lutar por liberdade e pelo fim da submissão aos brancos. Havia entre Caiena e Pará, como visto, comércio de escravos e expansão de capital. Idéias republicanas já apareciam neste momento. Estudos de alguns historiadores relatam que escravos da Guiana fugiram para o Pará e lá divulgaram o que acontecera em seu país. A luta pela libertação em Caiena dos

escravos, chegou a Belém com grande força mesmo antes da Independência. Os “nacionalistas” brasileiros apropriaram-se destas idéias para fortalecerem sua luta contra a dominação portuguesa.

Uma figura importante que contribuiu para a agitação popular foi Luís Zagalo, instruído em Caiena na Guiana. Ao voltar para o Brasil, pregou uma ação revolucionária para o fim da escravidão. Zagalo havia sido influenciado por Babeuf, um dos primeiros após a Revolução Francesa a organizar idéias em torno de um novo modo de reflexão acerca das relações sociais. A obra de Babeuf passou a ser um elo do início do pensamento comunista, a partir de 1830, período no qual se desenhava no Brasil reflexões sobre os acontecimentos internacionais e como o país nele se inseria. Como resultado, reivindicações por parte de grupos mais críticos sobre as deficiências brasileiras já eram encontradas.

Internamente, os movimentos políticos que aconteceram no decorrer do desenvolvimento do Estado, como a Confederação do Equador que contou com efervescente debate entre os paraenses, assim como a Revolta do Malês, contemporânea à Cabanagem. Tais fatos demonstram que a Cabanagem esteve inserida nas discussões de seu tempo não sendo um movimento deslocado da realidade.

Assim, enquanto a classe dominante vacilava sobre o que fazer para alterar a condição frágil vivida na província, os moradores das cabanas se organizavam e tinham claro seu primeiro objetivo, depor os portugueses e assumir o poder.

Encontramos com estes dados, alguns pontos que Lenin formulou sobre o processo de crise e situação revolucionária, a divisão e crise das elites e a crise econômica que contribui para que as classes populares percebessem sua condição de exploração.

Quanto ao fator subjetivo, a capacidade dos revolucionários agirem na direção de ações reais que impeçam a classe dominante de permanecer no poder, acreditamos também estar presente esta característica, uma vez que os cabanos souberam organizar ações táticas militares para derrubar a administração portuguesa.

As agitações devem passar não só pelo campo econômico, mas também pela política e pelo caráter social. São “somente essas revelações que podem formar a consciência política e suscitar atividade revolucionária das massas.”¹²⁵ A tarefa principal é a de educação política da classe trabalhadora.

Lênin afirmava que os intelectuais têm o papel de apresentar à massa aquilo que ainda não conhecem. Entre os cabanos, no processo anterior ao deflagrar do movimento vários foram os contatos de intelectuais relatando tanto a política de exclusão daquele modelo de organização, como as ocorrências de outros movimentos populares pelo mundo.

Os cabanos contaram com a elaboração intelectual de setores progressistas, agindo como o que podemos chamar de vanguarda. Foram estes que deram um horizonte e ações para se chegar à Cabanagem. Homens como Luís Zagalo, Felipe Patroni, Batista Campos, forjaram intelectualmente o movimento aqui estudado. Passaram então, a fazer o que Lênin chamou de “agitação política denunciadora”¹²⁶, se utilizando de jornais e pasquins para tornar explícito os desmandos de sua elite dirigente. A imprensa foi um instrumento tradutor dos anseios da população emergente na província

Antes da tomada do poder, reuniam-se nos arredores da capital para expor seus planos às populações locais que estavam ao seu lado. Os momentos anteriores à tomada de Belém em janeiro de 1835 demonstram isto. Reuniões com lideranças como Batista Campos, Eduardo Angelim (foreiro), os irmãos Vinagre (pequenos lavradores) e a

¹²⁵ LENIN, op. cit., p. 55.

¹²⁶ Ibid., p. 62

população trabalhadora (escravos da cidade e do campo, servos, libertos, mestiços) serviram para preparar ataques estratégicos contra o poder militar do governo provincial e regencial. Como tratavam-se de analfabetos por ser grande número de escravos africanos, indígenas e mestiços sem instrução, os cabanos transmitiam as idéias oralmente. Assim, também os planos da revolução chegavam pelo interior da floresta e nas vilas que vimos anteriormente. Aos participantes da Cabanagem, era bem mais simples entender a linguagem política utilizada em seu meio, uma vez que era traduzida de forma oral aos mais despreparados intelectualmente. Apesar de não saber o significado e mesmo até, não ter acesso a certos termos de um processo revolucionário, as classes mais simples utilizavam termos que se adequavam à sua realidade.

Foi neste processo que se desenhou quais seriam as classes responsáveis pela realização do processo revolucionário. Ela se forjou no processo de luta e não foram previamente definidas quais seriam as realizadoras da revolução.

A partir daí, nota-se um crescimento qualitativo em todos os setores das classes populares. Marx já dizia que o objetivo final da luta política “deve ser a criação e a emulação do espírito revolucionário das próprias massas, elevando sua consciência de classe e, concomitantemente, sua combatividade como e enquanto classe.”¹²⁷ Na Cabanagem, o contato com as idéias revolucionárias e a agitação política posta em prática por seu líderes, proporcionaram uma elevação do grau político destes indivíduos. Foi preciso que a condição de exploração vivida por esta população chegasse a um extremo e que preparassem algo conseqüente como reposta. Estaria colocada, então, a situação revolucionária.

A continuidade da análise cabana segue sendo observado seu caráter revolucionário. A revolução é o único meio de transformação e era este o anseio dos

¹²⁷ Ibid., p. 69.

cabanos, o fim de todo o período de exploração lusitana, de escravidão e de pobreza. Ansiavam pela quebra do velho sistema e a substituição por algo novo que representasse a classe que realizou o processo revolucionário como visto nas falas dos dois presidentes cabanos.

Mas para uma situação revolucionária se concretizar e alterar as bases estruturais de uma sociedade, é preciso organização, conteúdo ideológico e pessoas preparadas para encaminhar as ações de luta.

Lenin ao formular os conceitos de crise política e situação revolucionária, pensou também na concretização da revolução. O autor dizia que “a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução.”¹²⁸ Não era o simples fato da situação revolucionária existir que definia a concretização da revolução.

Para ele, a partir do momento em que o movimento revolucionário crescia tornava-se fundamental um crescimento político, da classe mais preparada intelectualmente, para organizar as ações políticas e teóricas para o enfrentamento com a classe até então dominante. Esta organização e teoria viriam acompanhadas da aglutinação em torno de um partido político que acompanharia o ritmo das massas para “afirmar a necessidade de uma consciência elevada no trabalho teórico, político e de organização...”.¹²⁹

Remetendo a Cabanagem sob esta perspectiva, um dos aspectos iniciais para vermos se a Cabanagem se tornou uma revolução, é analisarmos seu grau de organização. Saber se existia um papel de liderança exercido por uma força coesa intelectual que centralizasse o poder e organizasse ações concretas para o encaminhamento da luta.

¹²⁸ LÊNIN, V. *Que fazer?* p. 25.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 41.

Identificamos a existência de uma deficiência na organização do movimento cabano. Apesar de contar com um quadro de intelectuais que por certo tempo conduziu o movimento, principalmente na figura de padres, primeiro com Batista Campos e depois com Casimiro de Sousa, o período em que os cabanos estiveram no poder não apresenta, além de ações militares, ações políticas administrativas que transformassem as bases estruturais da província na direção desejada por eles.

Enquanto medidas efetivas de transformação estrutural não encontramos pontos que a explicitem. Sabemos sim, que esteve ausente entre eles um debate sobre o que fazer com o poder político conseguido. Os lavradores escolhidos pela população para os representar no poder não sabiam como atuar. Francisco Vinagre, primeiro cabano no poder, pedia que a população o ajudasse a governar. Ela deveria ser “coadjuvante na manutenção da ordem e da tranqüilidade pública.” Segue ainda dizendo que “os sentimentos que me animam desaparecerão, se por acaso me faltar a nossa cooperação, visto que sabeis quão destituído sou das precisas qualidades para desempenhar e preencher as funções melindrosas do meu cargo.”¹³⁰

Principalmente no governo de Eduardo Angelim esta verificação ficou mais forte. O jovem presidente ainda conseguiu algumas realizações, mas de caráter imediato para tentar sanar problemas locais. Reorganizou as forças armadas, nomeou um novo Conselho Cabano, que deveria contar com a consulta popular e fundou uma fábrica de pólvora para suprir o exército e ocupar os trabalhadores agora livres. A província sofria com o bloqueio econômico. Construiu padarias, açougues e aumentou a extração da borracha para gerar renda e melhorar as condições sociais da população. Mas estas poucas medidas não foram suficientes para pôr um fim definitivo na pobreza em que viviam os revolucionários paraenses.

Proclamação de Vinagre no ato de sua posse em 2 de março de 1835.. In: ¹³⁰ RAIOL, op. cit., p. 621.

Mas exemplo maior de inabilidade política foi a aceitação das eleições no modelo estabelecido pela regência em 1835. Eles não foram capazes de reformular as eleições e articula-las na direção de seus objetivos. O resultado foram meses de intensa disputa política e militar entre o governo “ilegal cabano” e o representante do poder central.

Diante dos erros e da imobilidade de seus representantes, foram constantes as ações espontâneas da classe trabalhadora, representada por negros e libertos mestiços, que não faziam parte direta do governo. Realizavam assaltos às propriedades de portugueses, invadiam comércios ou assassinavam seus senhores. Nos discursos dos dois presidentes cabanos, regularmente são encontrados pedidos de calma e obediência às autoridades estabelecidas. Se estivesse presente uma elaboração mais acabada da organização das classes revolucionárias, a espontaneidade destas ações estariam agrupadas num modelo organizado, com teoria e ações conjuntas que permitissem a realização das expectativas desta consciência. As formas de resistência e de reivindicação que aparecem antes do movimento acabado, podem ser instantes de uma primeira reflexão dos setores envolvidos. Para se chegar a consciência, precisa-se passar por um processo de reflexões, de discussões e de estudo de exemplos externos.

Por tratar-se de ações isoladas, respostas a determinadas situações, sem a orientação de uma linha ideológica, a debilidade e a desorganização das classes envolvidas ficou patente. As classes populares não agiram com coesão para atuarem com eficiência não souberam como agir e como realizar os objetivos primeiros da revolução.

5.2 – A NATUREZA DA REVOLUÇÃO CABANA

A Cabanagem se apresentou inicialmente como um movimento contra o monopólio dos portugueses, contra a escravidão e pela soberania popular. Seu discurso político comprova esta afirmação. Mas, apesar de alguns discursos e historiadores afirmarem seu caráter anti-escravista, não foi assim que ela se caracterizou.

Com a proposta de abolição da escravatura, posta em discussão desde o início do século, aglutinou-se numerosas frentes de escravos essenciais para a efetivação do movimento. O fim da escravidão exerceu um papel importante na composição das bases cabanas. Elementos escravos e libertos das mais diversas classes em busca de sua liberdade, entenderam com os discursos liberais que eram capazes de quebrar as amarras da escravidão através da derrubada da elite dominante do poder.

Paralelo aos setores pequeno-burgueses, os escravos, tanto rurais quanto urbanos, estiveram na Cabanagem. Suas reivindicações surgiram em meio a “um modo de produção que condicionava as práticas de resistência”.¹³¹ Em regimes como o feudal ou o escravo, moderno ou antigo, havia uma dificuldade maior, uma vez que, os trabalhadores estavam dispersos. No caso do feudalismo e do escravismo, a condição jurídica e econômica impedia ainda mais o processo de negociação e reivindicação. Quando ocorriam movimentos de resistência eram localizados e logo sufocados pelo proprietário dos escravos, por exemplo. O que não foi muito diferente do que ocorreu na Cabanagem, marcada pelos diferentes interesses de classes que participaram da Cabanagem.

¹³¹ BOITO, A . Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores In: *Crítica Marxista*, SP, Boitempo Editorial, 2001, maio, n.12, p. 77-107.

Esta proposição foi também estudada por Carlos Guilherme Mota em “Idéia de Revolução no Brasil” quando observou os movimentos do final do século XVIII como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Mota classificou estes movimentos como revolucionários com caráter popular mas não anti-escravista. Isto ocorreu por serem os propositores da revolução proprietários das mais diversas importâncias. Para eles o principal fundamento de suas elaborações era a questão da propriedade. Lutavam contra o status quo que não concedia liberdade para sua expansão. Em contrapartida, não eram anti-escravistas, uma vez que, a sua propriedade se estendia aos escravos. Queriam, portanto, a revolução política, mas não a revolução social com a emancipação dos escravos. Houve um grande crescimento político entre estes setores, mas dentro de sua consciência de classe. Já por parte dos escravos e camadas pobres participantes, a luta principal era contra a desigualdade racial.¹³²

Mas os trabalhadores escravos compreenderam a Cabanagem como um espaço para se auto-afirmarem enquanto pessoa com obrigações, direitos e fora da relação de submissão ao seu possuidor. Expressaram seu sentimento através de ações autônomas a partir do momento em que autoridades deram o primeiro sinal de retrocesso no sentido revolucionário do movimento.

Tendo seus próprios líderes e negando a representatividade das autoridades cabanas no poder, os negros entraram em conflito com os chefes supremos do movimento quando apresentavam atitudes individualistas e despóticas. Como exemplo, podemos citar o negro de nome Patriota que reunia a plebe e a incitava para a luta. Notícias há em Raiol que as lideranças dos escravos tentaram no interior organizar, com o apoio de 400 cabanos, um movimento de rompimento com o governo “cabano” e

¹³² MOTA. op. cit., p. 119.

formar uma república no Norte do país. O negro de nome Diamante, outro líder dos negros, tentou realizar ações contra Angelim para que chegar à presidência da província.

Não foram simplesmente cooptados. Os fatores decisivos foram “as contradições e demandas estabelecidas pelo meio social em que eles viviam”¹³³. Os negros, tanto da cidade como do campo, demonstraram certo grau de organização e politização.

Importantes figuras dentro do movimento, estiveram a meio caminho da efetiva liberdade. No entanto, a defesa de interesses particulares predominou também entre os dirigentes cabanos. Discutidos principalmente no governo Angelim, sob a afirmação de que a total concessão da liberdade aos escravos poderia causar um caos na província que ficaria sem mão-de-obra trabalhadora, o presidente decidiu por dar liberdade somente aos escravos que estiveram no processo de tomada de poder e manter o cativo para os demais, sendo gradativamente libertos. Para Paolo “esta foi uma atitude política avançada para a época, talvez a mais avançada do Brasil, e foi uma atitude mediadora para conquistas futuras.”¹³⁴ Para ele, Angelim pensou esta medida para que não fossem lançados na sociedade um grande contingente de negros livres, sem ocupação e sem oportunidade de trabalho.

Todavia a adoção da medida tomada por Angelim, comprova o grau que a luta de classes ainda alcançava naquele momento. Item que desde o início do século serviu para acirrar os ânimos e aglutinar adeptos, não se concretizou como o esperado pelos escravos ficando dentro dos limites da classe condutora do poder, lavradores, mesmo tendo contado com a eficácia da força escrava para lá chegar e se dizendo representantes da população cabana. De ponto positivo ficou a extinção do tráfico de navios negreiros ao porto de Belém.

¹³³ PINHEIRO, op. cit., p. 146.

¹³⁴ PAOLO. P. op. cit., p. 292.

Segundo Pasquale di Paolo, a Cabanagem foi um movimento que teve como principal alvo a organização de uma sociedade democrática, baseada na cidadania e na participação de toda a população. Não discordamos deste ponto de vista, no entanto, somamos a esta característica, a existência de uma sociedade de classes. A tentativa de se instituir direitos e deveres, espaço na política e economia paraense e, por parte dos negros e índios, seu retorno à condição de homem livre capaz de produzir, ser um trabalhador reconhecido por seu trabalho e não apenas um ser escravo sem vontade própria, mão-de-obra que a nada tinha alcance, nos habilita a falar em luta de classes, fato que Paolo em sua discussão não acredita existir na sociedade estudada. Pensar em cidadania pressupõe a luta de classes e ordens, bem como a existência de diferentes interesses.

Os comerciantes, por exemplo, reivindicavam, antes do movimento, isoladamente, livres relações comerciais sem a interferência de atravessadores. Da mesma forma, os lavradores não podiam realizar a venda direta de sua produção. Pagavam pela utilização das terras e pela plantação, tanto ao dono das terras como ao governo, ficando com ínfima parte do produzido. Os escravos e servos usavam da fuga e morosidade como forma de protesto contra sua condição. Além disto, os números de participantes encontrado nos códices do Arquivo Público do Pará e as ações das autoridades cabanas, são exemplos. Entre os pontos que uniam estas diferentes frações num mesmo movimento de contestação podemos citar a insuficiência política de camponeses e proletários que se associavam à pequena burguesia, como em forma de encontrar soluções eficazes para seus problemas, principalmente a miséria; além disto o ódio comum à aristocracia portuguesa contribuiu para esta aproximação.

Na Cabanagem somado ao movimento de classes, esteve presente também um certo aspecto étnico especialmente por parte dos índios e brancos, sendo agravada pela

presença escava visto apenas enquanto objeto de trabalho. Todavia, cremos não ser algo isolado, e estar presente a inserção do movimento num momento político nacional determinado, de reconhecimento da autonomia brasileira frente a dominação portuguesa.

Podemos dizer então, que a Cabanagem foi a tentativa de uma revolução nacional e popular reflexo de um momento de crise governamental e tentativa de consolidação do Estado Brasileiro pós-independência com um conteúdo ideológico originário nas idéias revolucionárias americanas e européias. Os elementos fundantes do movimento e a observação de seus discursos a colocam neste cenário.

Um fator endógeno influenciador da Cabanagem foi o “colonialismo interno”. As veias estruturais do novo Estado Brasileiro que se formava incentivava o crescimento e a importância dos estados do Sudeste e colocava regiões do país como a Amazônia enquanto periferia. Os cabanos, por sua vez, “tomando consciência de ser povo e rejeitando a estatocracia, superou a fase de ‘agregado social’ e estava pronto a quebrar o regime injustamente imposto, apresentando um projeto político alternativo.”¹³⁵

A identificação de Engels, de movimentos “emergentes” ao estudar as guerras camponesas na Alemanha, pode nos ajudar a compreender a característica da Cabanagem enquanto inserida na formação do Estado Nacional. Em sua pesquisa, os levantes camponeses daquele momento, foram respostas avançadas para acompanhar seu crescimento: “... os levantes contra esse regime, as teorias políticas e religiosas da época não eram causas, mas resultados do grau de desenvolvimento a que tinham chegado, naquele país, a agricultura, a indústria, as vias de comunicação, as finanças e o comércio.”¹³⁶ Assim também, no Brasil o grau de desenvolvimento e reajustamento do Estado que suscitava novos parâmetros de organização e indivíduos participantes.

¹³⁵ Ibid., p. 164.

¹³⁶ ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*, RJ, Editorial Vitória 1946, p. 6

Oriunda na luta entre setores conservadores e progressistas da sociedade brasileira, teve seu salto realmente revolucionário na participação ativa dos trabalhadores: escravos rurais, do campo, servos, pequenos camponeses, lavradores. Como vimos nos números elaborados por Pinheiro, os documentos históricos registram uma maioria de lavradores participantes da Cabanagem. Foi dentre eles que saíram as principais lideranças e autoridades.

Mas a ênfase que damos é para a participação das classes trabalhadoras da época no movimento. Não foram simples massas homogêneas, pelo contrário. Eram diferentes entre si, em suas ocupações, nas relações que exerciam com os meios de produção e seus proprietários. A semelhança comum residia na condição de escravos, mão-de-obra compulsória, sob um forte regime de exploração.

A relação que exerciam com os meios de produção e o meio social no modelo como foi organizado a estrutura da economia paraense, influenciou diretamente nas atividades insurgentes destes participantes, em especial da população nativa, africana e de seus descendentes. Os momentos que se seguiram foram de tristeza e dizimação desta população.

Seu caráter popular deve ser reafirmado bem como seu propósito inovador e progressista para a época. Os cabanos viam o fim do governo português como a entrada numa nova forma de organização e de melhoria de vida. Mostraram-se mais avançados que a elite portuguesa ali presente. Propuseram mudanças sociais que contribuiriam para o fortalecimento da população tanto política como socialmente. Entretanto, o interesse de classe foi maior e barrou a efetivação de uma revolução com caráter mais amplo.

Tentamos compreender um pouco mais um acontecimento político e social com fortes bases populares. Podemos dizer que a Cabanagem se adianta a seu tempo. Ela foi a realização de uma revolução nacional popular na província paraense. Mesmo não se concretizando como uma revolução anti-escravista, ela deve ser vista pela história brasileira como um momento de situação revolucionária na qual a expectativa de inclusão, num novo quadro qualitativamente positivo, existisse para as diversas classes que dela participaram, principalmente para os escravos africanos e servos indígenas. São estes pontos que concedem à Cabanagem um papel vanguardista e revolucionário mesmo que não tenha se concretizado e tenha prevalecido a passagem para o estado liberal brasileiro sem a real participação de nossas classes trabalhadoras.

Mas se faz ainda relevante que novos estudos sejam realizados e investiguem pontos sobre os quais a historiografia pouco se debruçou. A investigação mais detalhada acerca das lideranças negras, de quais foram seus lugares de atuação ou mesmo suas formas de organização. Outro caminho seria a análise da imprensa revolucionária naquele época. Os arquivos do Pará e Lisboa são grandes fontes documentais que precisam ser descobertos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA SOBRE A CABANAGEM

CRUZ, Ernesto Horácio da. *Nos bastidores da Cabanagem*, Manaus, Instituto Lauro Sodré, 1942.

HURLEY, Jorge. *Cabanagem*, Pará, Livraria Clássica, 1936.

..... *Traços Cabanos*, Belém, Instituto Lauro Sodré, 1936.

PAOLO, Pasquale di. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*, Belém, Cejup, 1985.

RAIOL, Domingos. *Motins políticos no Pará, ou a história dos principais acontecimentos da província do Pará*, Belém, UFPA, 1970.

REIS, Gustavo Moraes. *A Cabanagem*, Manaus, Governo do Estado, 1965.

RICCI, Magda de Oliveira. “História Amotinada: Memórias da Cabanagem”, In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPA*, Belém, v.12, n.1/2, p. 13-28, jan./dez., 1993.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará*, RJ, FGV, 1971.

..... *Memorial da Cabanagem*. Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará, Belém, Cejup, 1992.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem, uma luta perdida para a liberdade*, Belém, Secult, 1994.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ANDERSON, Robin, L. “A Cabanagem, uma interpretação de luta de raças e classes na Amazônia, 1835-1836”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, RJ, Departamento de Imprensa Nacional, vol.307, p. 22-27, 1975.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Os jesuítas no Grão- Pará*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
- BATES, Henry, *Um viajante no rio Amazonas*, SP, Edusp, 1979.
- BARATA, Manuel. *Formação histórica do Pará*, Coleção Amazônica, UFPA, 1973.
..... *História do Pará*, livro2, Belém, Coleção Amazônica, UFPA,1973.
- BOITO JR, Armando. “Crise política e Revolução: O 1789 de Georges Lefebvre”, *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n.º 44, 1992.
..... Cidadania: mito ou realidade, ou mito e realidade?, In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.8, n.o 5, p.1101-1114, set/out. 1998.
.....Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores In: *Crítica Marxista*, SP, Boitempo Editorial, n.12, maio 2001, p.77-107.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará(1750-1817)*, RJ, Graal, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*, Brasília, Editora UNB, 1981.
- CERRONI, Umberto. *Política*, SP, Brasiliense, 1993.
- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*, RJ, Civilização Brasileira, 1965.
- CHIAVENATO, José Júlio. *As lutas do povo no poder*, SP, Brasiliense, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, SP, Brasiliense, 1989.

- *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião escrava de Demerara em 1823*, SP, Cia das Letras, 1998.
- CLEARY, David. “Lost altogether to the Civilised World: race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850”, In: *Comparative studies in society and history*, Cambridge University Press, vol. 40, number 1, jan. 1998.
- CUNHA, Euclides, *À margem da história*, SP, Lello Brasileira, 1967.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros*, SP, Brasiliense, 1985.
- DECCA, Edgar de. *1930. O silêncio dos vencidos*, SP, Brasiliense, 1986.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “A interiorização da metrópole (1808-1853)”, In: MOTA, Carlos G. (org.), *1822: Dimensões*, SP, Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*, Campinas, Unicamp, 1989.
- EISENSADT, S.N. *Revolução e as transformações da sociedade – um estudo comparativo das civilizações*, RJ, Zahar, 1979.
- ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*, RL, Editorial Vitória, 1946.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, vol.1, Ed. Globo, 9º Ed.
- FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *A civilização do açúcar - séculos XVI a XVIII*, SP, Brasiliense, 1994.
- FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*, RJ, Zahar Editores, 1975.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império – O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*, SP, Departamento de Ciência Política da USP, Editora 34, 1999.
- FINLEY, M. I. *A economia antiga*, University of California Press, 1973.
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, SP, Cia. Editora Nacional, 1977.
- FRANCO, M.S. de C.- *Homens livres na ordem escravocrata*. 1ª ed. S. Paulo, IEB, 1964.

- FRANCO, Maria Silvia C. “Organização social do trabalho no período colonial”, In: CASTRO, Antônio de Barros. (et al.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, RJ, Paz e Terra, 1984. p.145-228.
- GARCIA, Marco Aurélio, “Reforma ou revolução/Reforma e revolução”, In: *Revista Brasileira de História*, SP, ANPUH/Marco Zero, n.º 20, p. 09-38, março-agosto/1990.
- GOLDMAM, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia. Que é a sociologia?*, RJ, Difel, 1978.
- *Dialética e Ciências Humanas*, Lisboa, Ed. Proença, 1972.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, SP, Ática, 1992
- *A escravidão reabilitada*, SP, Ática, 1990.
- GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira M.- *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. R. de Janeiro, Prefeitura Municipal/Secretaria da Cultura, 1993.
- GUIMARÃES, Renato. “Cabanagem – a revolução do Brasil”, In: *Coleção Temas de Ciências Humanas*, vol. 4, SP, 1978 p. 93- 130.
- HANDELMANN, H. *História do Brasil*, RJ, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931.
- HEMMING, John. “The Cabanagem rebellion”, In: *Amazon frontier: the defeat of the brazilians indians*, Londres, MacMellan, 1987, p. 211-237.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX, RJ, Zahar, 1978.
- *A era das revoluções*, RJ, Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Unidade e Dispersão”, In: *História Geral da Civilização Brasileira*, SP, Difel, 1972.
- “O Brasil Monárquico – O Processo de emancipação”, In: *História Geral da Civilização Brasileira*, SP, Difel, 1985.

- IANNI, Octávio. *Teoria de estratificação social*, SP, Cia. Ed. Nacional, 1978.
- LARA, Silvia H.- *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. RJ, Paz e Terra, 1988.
- LAPA, José R. A. . *Modos de produção e realidade brasileira*, RJ, Vozes, 1980.
- LEFEBVRE, George. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*, RJ, Paz e Terra, 1989.
- LENIN, V.I. *O estado e a revolução*, RJ, Diálogo, 1929.
- *Que fazer?*, SP, Hucitec, 1979.
- *A falência da II Internacional*, SP, Kairós Editora, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda, (org.) *História Geral do Brasil*, RJ, Campus, 1996.
- _____ *História do abastecimento. Uma problemática em questão (1530-1918)*, Brasília, Benagri, 1979.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana – *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política – 1798-1822*. R. de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*, Petrópolis, Vozes, 1991.
- MARIN, Rosa E. Macedo (coord.) *A escrita da história paraense*. NAEA/UFPA, Bélem, 1998.
- MARSON, Izabel. *A Rebelião Praieira*, SP, Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*, SP, Hucitec, 1987.
- *18 Brumário de Luís Bonaparte*, SP, Editora Abril, 1974.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, RJ, Paz e Terra, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade*, SP, Editora Atual, 1991.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*, SP, Cortez Editora, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil – 1789-1801*, RJ, Vozes, 1979.
-(org.) *Viagem Incompleta- A experiência brasileira (1500-2000)*, SP, Editora Senac, 2000.

-(org.) *Brasil em perspectiva*, RJ, Ed. Bertrand, 1990.
- MOTA, Carlos Guilherme e NOVAIS, Fernando. *A independência política do Brasil*, SP, Moderna, 1986.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: da maioria a minoria (1750-1850)*, RJ, Vozes, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- *A sociologia do negro brasileiro*, SP, Ática, 1988.
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, SP, Brasiliense, 1998.
- “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”, In: MOTA, Carlos Guilherme(org.) *O Brasil em perspectiva*, SP, Difel, 1973.
- O’DONNELL, Guilherme(org.). *Estados autoritários e movimentos sociais*, RJ, Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles – *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil*, SP, Brasiliense, 1966.
- *História econômica do Brasil*, SP, Brasiliense, 37ª edição, 1973.
- RAVENA, Nirvia. *Abastecimento: falta, escassez do “pão ordinário” em vilas e aldeias do Grão-Pará*”, Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA, 1994.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese da História do Pará*, Belém, 1942.
- *História de Óbidos*. RJ, Civilização Brasileira, 1979.
- *Santarém: seu desenvolvimento histórico*, RJ, Civilização Brasileira, 1979.

- O Grão-Pará e o Maranhão, In: HOLANDA, Sérgio B. de. *História geral da civilização brasileira*, SP, Difel Tomo II, 2. Vol. 5.ed, 1985, p. 71-172.
- REIS, João José. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, SP, Cia das Letras, 1989.
- *Rebelião escrava no Brasil*, SP, Brasiliense, 1987.
- ROSÁRIO, José Ubiratan, *Amazônia, processo civilizatório apogeu do Pará*, Belém, UFPA, 1986.
-, *Belém, urbe amazônica, seu destino, evolução e perspectivas*, Belém, Mitograh, 19__.
- SAES, Décio. *Formação do Estado burguês no Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, EDUSC, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*, SP, Brasiliense, 1973.
- *As razões da independência*, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1987.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho – *Pátria Coroada*. O Brasil como Corpo Político Autônomo – 1780-1831. S. Paulo, Ed. Da UNESP, 1999.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia, 1800-1920*, UFPA, 1972.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense – do colonialismo ao neo-colonialismo*, SP, Alfa-Omega, 1978.
- *Breve história da Amazônia*, SP, Marco Zero, 1994.
- SROUR, Robert Henry, *Classes, regimes e ideologias*, SP, Ática, 1987.
- STAVENHAGEM, Rodolfo, “Estratificação social e estrutura de classes”, In: VELHO, Otávio Guilherme. PALMEIRA, Moacir. E BERTELLI, Antônio R. *Estrutura de classe e estratificação social*, RJ, Ed. Zahar, 1973.

TORRES, Luiz Wanderley. Padre Diogo Antônio Feijó, Consolidador da independência, *R.I.H.G.S.P*, SP, 1989, volume LXXXIV. p.77-96.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos Rios Amazonas e Negro*, SP, Edunesp, 1979.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência(1850-1920)*, SP, Hucitec-Edusp, 1993.

WERNET, *O período regencial*, SP, Global Editora, 1997.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*, SP, Global Editora, 1984.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, PA, UFPA, 1970.

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS

INDRIUNAS, Luís. País pediu apoio externo contra revolta. *Folha de São Paulo*, 13 de outubro de 1999, Caderno Brasil, p. 8.

PINTO, Lúcio Flávio. Regente Feijó pediu a estrangeiros que ajudasse a debelar revolta da Cabanagem. *Estadao.com.br*, SP, 21 de janeiro de 2001. Disponível em <http://www.estadao.com.br/editoriais/2001/01/21/ger063.html>.

TESES

FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial (primeira metade do século XIX)*, Tese de Mestrado em História Social, PUC/SP, 1999.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá. *Nos subterrâneos da revolta trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*, Tese de Doutorado em História, SP, PUC/SP, 1998.

SOUZA JR. José Alves de. Constituição ou revolução, os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Felipe Patroni(1808-1823),
Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1997.